

Boletim Trimestral 40

Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Ficha técnica

Propriedade

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Diretor

António Ceia da Silva

Diretor Executivo

Maria Margarida Louro

Conceção Gráfica e Paginação

Gabinete de Comunicação

Edição

junho 2021

Colaboradores internos

Amável Candeias
Autoridade de Gestão do Alentejo 2020
Carmen Carvalheira
Carlos Almeida
Joaquim Fialho
Luís Santos
Patrícia Gomes da Silva
Teresa Godinho

Colaboradores externos

Ministério da Coesão Territorial - Valorização do Interior

Capa

Aldeia do Pisão

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

- 04 Destaque**
Empreendimento para o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato
- 08 Análise regional**
Conjuntura Regional - 1º Trimestre de 2021
- 14 Para uma Administração Local de Excelência**
Em ano eleitoral
Revisitação do Estatuto dos Eleitos Locais
- 18 Perspetiva 2030**
AURORAL - Architecture for Unified Regional and Open digital ecosystems for Smart Communities and wider Rural Areas Large scale application
- 24 O Alentejo no Contexto do Portugal 2020**
Síntese de Execução dos Programas Operacionais na Região - Situação a 31 de março de 2021
- 37 Alentejo 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020**
Investimentos em Destaque
- 42 Síntese de Execução do Alentejo 2020 - Situação a 31 de março de 2021**



Aldeia do Pisão; foto gentilmente cedida pelo Município do Crato

Comissão Europeia deu luz verde a PRR português.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen anunciou, ao lado do Primeiro Ministro português, António Costa, no passado dia 16 de junho, no Pavilhão do Conhecimento na zona da Expo em Lisboa, que Portugal foi o primeiro país a ter o seu Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aprovado.

Em destaque nesta edição do Boletim, o projeto inscrito no PRR: Empreendimento para o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato

“O Empreendimento para o Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (EAHFMC) representa em primeiro lugar uma garantia de abastecimento de água potável às populações residentes (e sazonais) nesta região caracterizada pela escassez hídrica (a nível nacional e Europeu), não apenas considerando as necessidades atuais, como também diferentes cenarizações de intensificação dessas mesmas necessidades (tendo também em consideração a grande variabilidade sazonal e interanual).

A solução proposta caracteriza-se como um modelo ambientalmente sustentável de valorização do território e do seu potencial endógeno, quer através do desenvolvimento e diversificação da agricultura (contribuindo para uma evolução qualitativa da atividade económica), quer por contribuir para a reconfiguração da produção energética (essencialmente por criar condições para a instalação de uma central fotoelétrica de grande dimensão), com efeitos muito positivos para a transição climática e para a descarbonização (em alinhamento com o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050). A utilização destas práticas ambientalmente sustentáveis para o desenvolvimento social numa região economicamente deprimida e em regressão demográfica é fundamental como medida de valorização do interior e, assim, de promoção da coesão territorial.”

Empreendimento para o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato

Comissão Europeia deu luz verde a PRR português.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen anunciou, ao lado do Primeiro Ministro português, António Costa, no passado dia 16 de junho, no Pavilhão do Conhecimento na zona da Expo em Lisboa, que Portugal foi o primeiro país a ter o seu Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) aprovado.

Em destaque nesta edição do Boletim, o projeto inscrito no PRR: Empreendimento para o aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato

A versão final do Plano de Recuperação e Resiliência entregue por Portugal a Bruxelas no dia 22 de abril, às 06h51m, inclui 20 componentes distribuídas em 3 dimensões. Na dimensão de Resiliência, uma das 9 componentes que constituem a dimensão de Resiliência, é dedicada à Gestão Hídrica, que inclui um importante investimento no Alto Alentejo. O Empreendimento para o Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (EAHFMC) representa em primeiro lugar uma garantia de abastecimento de água potável às populações residentes (e sazonais) nesta região caracterizada pela escassez hídrica (a nível nacional e Europeu), não apenas considerando as necessidades atuais, como também diferentes cenarizações de intensificação dessas mesmas necessidades (tendo também em consideração a grande variabilidade sazonal e interanual).

O público-alvo deste investimento é, de forma direta, a população dos municípios de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel, proporcionando, de forma mais genérica, benefícios a todo o Alto Alentejo (cerca de 110.000 pessoas em 15 municípios) e outros beneficiários que queiram mobilizar a sua atividade profissional (e.g., agricultura, turismo) para a região do empreendimento, a fim de aproveitar as condições criadas.

A solução proposta caracteriza-se como um modelo ambientalmente sustentável de valorização do território e do seu potencial endógeno, quer através do desenvolvimento e diversificação da agricultura (contribuindo para uma evolução qualitativa da atividade económica), quer por contribuir para a reconfiguração da produção energética (essencialmente por criar condições para a instalação de uma central fotoelétrica de grande dimensão), com efeitos muito positivos para a transição climática e para a descarbonização (em alinhamento com o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050). A utilização destas práticas ambientalmente sustentáveis para o desenvolvimento social numa região economicamente deprimida e em regressão demográfica é fundamental como medida de valorização do interior e, assim, de promoção da coesão territorial.

Contexto

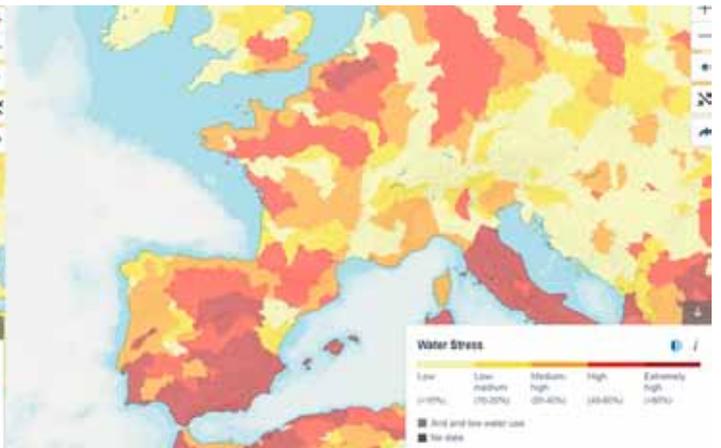
O World Resources Institute, numa projeção para 2040, sinaliza um risco elevado de stress hídrico para a zona a sul do Tejo. Os cenários climáticos para as próximas décadas apontam para uma evolução negativa da precipitação anual no território português, de forma ainda mais gravosa no sul do País, onde poderão verificar-se reduções entre 5% e 20%, para uma via de concentração representativa (RCP, do inglês *Representative Concentration Pathway*) 4.5, e 15% a 35%, para uma RCP 8.5.

A situação torna-se ainda mais preocupante devido ao aumento da sazonalidade, com os valores da precipitação a decrescerem significativamente em todas as estações, com exceção do inverno. O impacto no escoamento fluvial e na recarga de aquíferos será superior, o que aumenta a pressão sobre os sistemas de armazenamento que asseguram o abastecimento de água.

A situação de elevada fragilidade nesta região do Alto Alentejo surge em consequência da persistência de períodos de seca e escassez hídrica, em alternância com períodos de grande precipitação, e sem previsão de periodicidade, situação que pode ser agravada, caso se concretizem as alterações climáticas previstas. De facto, esta região é fortemente marcada pela sazonalidade da precipitação, e, consequentemente, dos escoamentos, amea-



Variabilidade interanual dos recursos hídricos (fonte: World Resources Institute's Aqueduct Water Risk Atlas).



Mapeamento dos índices regionais de stress hídrico (fonte: World Resources Institute's Aqueduct Water Risk Atlas).

çando particularmente a garantia de disponibilidade hídrica para o consumo urbano dos 8 municípios a beneficiar diretamente. Além do mais, é imperativo assinalar que a falta de garantia no abastecimento de água afetará não só o consumo urbano, objetivo principal desta medida, comprometendo igualmente a manutenção de setores fundamentais ao desenvolvimento daquela região.

Assim, a ampliação das reservas estratégicas, a par de uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, é essencial para a salvaguarda de abastecimento ininterrupto, garantindo as necessidades de água das populações. Na verdade, a Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (RH5) tem um histórico de ocorrência de episódios de seca, como evidenciado, por exemplo, pela “seca de 2005”, que manteve mais de 40% desta RH em situação de seca extrema durante 12 meses.

Do balanço entre necessidades e disponibilidades hídricas, fundamental para a definição de políticas de gestão da água que tenham como objetivos o uso sustentável e a proteção dos recursos hídricos, resulta que as necessidades de água para usos consumptivos na RH5 ascendem a cerca de 1.400 hm³/ano, dos quais 65% são destinados à agricultura e 27% ao consumo urbano. Assim, a criação de uma nova reserva hídrica terá também uma contribuição essencial para o desenvolvimento de atividades económicas, com ênfase na agricultura sustentável, mantendo sempre os caudais ecológicos necessários à preservação dos habitats naturais, inclusivamente no atual e futuro contexto de alterações climáticas. Acresce referir que todas as ribeiras afluentes e escoamentos estão 100% localizados em território nacional, pelo que, a reserva estratégica de água a criar está exclusivamente localizada em território português, sem necessidade de acordos hidrográficos com Espanha.

Tratando-se de uma solução integrada com objetivos complementares, este investimento permitirá ainda criar as condições necessárias à implementação de um projeto com um contributo significativo para a necessária transição energética nacional, designadamente pela criação de um espelho de água de grande dimensão (7,24 km²) que permitirá a instalação de um grande número de painéis fotovoltaicos flutuantes (até à área máxima de 20% do espelho de água, ou seja, cerca de 145 hectares), garantindo uma parcela significativa de substituição de energia produzida por via convencional por energia fotovoltaica.

Com o objetivo de autonomizar custos de operação do empreendimento, será também instalada uma mini-hídrica no pé da barragem fazendo uso da queda de água proporcionada e dos caudais que excedem a capacidade de regularização da albufeira, para produção de energia hidroelétrica.

Objetivos

A necessidade de uma solução integrada que garanta, de forma sustentada, o abastecimento público de água e o desenvolvimento económico na região do Alto Alentejo, já há muito foi identificada. A principal razão para a concretização deste empreendimento é, assim, a necessidade imperativa de uma alternativa capaz de garantir a resiliência do abastecimento público às populações da região (residentes e sazonais), mesmo em períodos de seca prolongada. Para além dos 8 municípios diretamente beneficiados pela garantia de disponibilidade de água para os consumos atuais e futuros, o empreendimento permitirá igualmente o aumento da resiliência dos sistemas de

abastecimento público de água noutras regiões contíguas, designadamente no subsistema do Caia que abastece Arronches, Elvas, Campo Maior e Monforte.

O investimento proposto visa ainda assegurar a manutenção e revitalização económica do Alto Alentejo, num contexto em que a situação pandémica que vivemos no último ano afetou fortemente o turismo, o emprego e a produção agrícola. Este empreendimento contribuirá certamente para mitigar os impactos económicos nestas atividades, promovendo a retoma da atividade económica, nomeadamente através da implementação de medidas de Agricultura 4.0, em complemento às atividades ligadas à prestação de serviços que são, historicamente, a principal origem dos rendimentos desta região.

Em suma, num contexto em que o impacto das alterações climáticas faz agravar a escassez e assimetria na acessibilidade à água, o EAHFMC terá um impacto muito positivo, por:

- 1. Contribuir para a transição e adaptação climática**
- 2. Contribuir para a transição energética**
- 3. Contribuir para a transição digital**
- 4. Proporcionar um foco efetivo de desenvolvimento económico (criação estimada de 500 postos de trabalho diretos)**
- 5. Promover o aproveitamento da qualidade ambiental, paisagística, patrimonial, cultural e desportiva**

Implementação

A necessidade de instalação deste empreendimento foi apoiada pela análise detalhada e rigorosa da situação de referência, da sua evolução sem projeto, assim como em função de outros projetos alternativos. A hipótese de adaptação de outras barragens, especificamente a barragem da Póvoa e Meadas, estrutura com 92 anos de existência (portanto, bastante acima dos 75 anos considerados como vida útil deste tipo de equipamento hidráulico) e já a trabalhar na sua capacidade máxima, ou da barragem do Maranhão, a cerca de 40 km a jusante e a uma cota inferior (-170 m), cujo volume regularizado é usado na sua totalidade para garantir as necessidades de rega do aproveitamento hidroagrícola do Sorraia (não tendo margem para suprir necessidades de outras regiões), resultaram como sendo inequivocamente ineficazes. De facto, a barragem do Pisão poderá complementar a oferta da albufeira do Maranhão, principalmente nos anos secos.

A outra alternativa óbvia seria o aproveitamento de águas residuais tratadas, mas a baixa densidade populacional que caracteriza aquela região não permite esta opção. Aliás, e independentemente das infraestruturas necessárias para assegurar a qualidade da água para rega exigida pela legislação portuguesa e do investimento por elas requerido, o volume total produzido pelo sistema de saneamento do Norte Alentejano, de cerca de 1,6 hm³ no terceiro trimestre de 2020 (Fonte: Relatório de Execução Orçamental 3º trimestre 2020 - Águas do Vale do Tejo) é muito inferior às necessidades estimadas (20 hm³).

Assim, tornou-se evidente que nenhuma outra alternativa viabilizaria a satisfação das necessidades hídricas da região, mesmo com recurso a sistemas eficientes de utilização da água (gota-a-gota e aspersão, com eficiências entre 85 e 95%). Além da implementação destes sistemas eficientes, toda a projeção do empreendimento teve em consideração o facto de o restauro dos ecossistemas ser fundamental no quadro da gestão integrada e sustentável da bacia, estando também identificadas para esta zona nas medidas complementares do investimento.

Ao nível do potencial de crescimento, prevê-se que esta componente tenha impactos na melhoria da qualidade das massas de água, na melhoria da qualidade de vida das populações, na diversificação da atividade económica, no suporte às atividades económicas já instaladas (capacidade de fixação de recursos), e na implementação de medidas de Agricultura 4.0.

Neste particular, a criação desta reserva estratégica será também preponderante para a implementação de técnicas agrícolas enquadradas na Agenda da Inovação para a Agricultura 2030, incluindo o estabelecimento de uma nova área de regadio com elevados níveis de eficiência hídrica (prevê-se um consumo inferior a 4 000 m³/hectare,

em virtude do controlo integrado das necessidades hídricas através de sensorização remota e da aplicação das mais eficientes técnicas de irrigação, com preferência para o sistema de gota-a-gota). Para este objetivo, prevê-se que os Planos Diretores Municipais (Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira e Sousel) sejam revistos para inclusão de uma norma que garanta que no perímetro de rega associado ao empreendimento, a área de cada unidade de funcionamento seja limitada a 100 ha, prevenindo assim o estabelecimento de explorações em regime super-intensivo e promovendo o envolvimento de um maior número de agricultores, com destaque para os jovens, contribuindo assim para atenuar a tendência de regressão demográfica verificada na região.

No seu conjunto, estas novas disponibilidades contribuirão igualmente para a criação de agroindústrias a partir das produções agrícolas e pecuárias, bem como para a criação de um recurso com potencial aproveitamento turístico, através da diversificação da oferta num território caracterizado pela riqueza ambiental, patrimonial e cultural.

Adicionalmente ao aumento da resiliência hídrica e ao estímulo ao crescimento económico da área de influência do empreendimento, este investimento terá ainda um importante contributo para a transição energética, criando um meio privilegiado (espelho de água) para a instalação de um grande número de painéis fotovoltaicos flutuantes.

De relevar que a instalação fotovoltaica contribuirá para a quota dos 3 GW que é necessário instalar em Portugal, prevendo-se a geração de uma elevada quantidade de energia limpa (por exemplo, uma central com 75 MW gerará cerca de 140 GWh de energia limpa em cada ano) que poderá ser escoada numa das linhas (linha da Falagueira-Fundão de 400 kV) que interliga Portugal a Espanha, situada a cerca de 22 km lineares do empreendimento. Esta abordagem permitirá uma redução significativa da emissão de dióxido de carbono (de mais de 80.000 t/ano para o exemplo considerado de uma central com 75 MW) e aumentará a taxa de enchimento da barragem através da redução das taxas de evaporação devido à oclusão de parte do espelho de água, que, novamente para o exemplo de uma central com 75 MW, poderá variar entre 3,3% (nível máximo da barragem) e 8% (nível mínimo de exploração), frações muito inferiores ao máximo estabelecido pela APA, que define que a possibilidade de instalar painéis fotovoltaicos numa área até 20% do espelho de água de cada albufeira.

Resumo das partes integrantes do investimento

- **Barragem:** Criará uma albufeira com nível de pleno armazenamento à cota de 248 m, com área inundada de 7,24 km² e capacidade de armazenamento de 116,1 hm³.
- **Mini-hídrica:** Para aproveitamento energético dos caudais a libertar para rega no vale a jusante, beneficiando da queda proporcionada pela altura da barragem; terá uma potência instalada de 1,0 MW.
- **Sistema de reforço de afluências:** mobilizará os recursos hídricos de duas linhas de água que confluem a jusante da secção da barragem do Pisão (ribeira de Chocanal na margem direita e ribeira de Linhares na margem esquerda), com recurso a bombagem para a albufeira, potenciando a eficiência e resiliência do sistema hídrico global.
- **Sistema de reforço de abastecimento da barragem de Póvoa e Meadas a partir da Barragem do Pisão:** ligação da albufeira a criar até à estação de tratamento de águas de Póvoa e Meadas para garantia das necessidades de consumo urbano dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa, Ponte de Sor e Sousel.
- **Infraestruturação de áreas agrícolas existentes:** beneficiação de 5.078 ha de novos blocos de rega (Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira e Sousel).
- **Central solar fotovoltaica:** instalação de painéis fotovoltaicos (potência a definir pelo investidor) no espelho de água da albufeira.

Análise Regional

Conjuntura Regional - 1º Trimestre de 2021

No 1º Trimestre de 2021, a maioria dos indicadores relativos ao mercado de trabalho, estão marcados por uma tendência desfavorável, nomeadamente no que se refere ao emprego e à população desempregada inscrita nos serviços de emprego.

A população ativa manifesta valores decrescentes, quer relativamente ao trimestre anterior (menos 5 milhares de pessoas), quer relativamente ao período homólogo do ano anterior (menos cerca de 3 milhares). Esta situação é idêntica no que concerne à população empregada por conta de outrem com decréscimo relativamente a ambos os períodos de referência.

Relativamente ao desemprego, apesar do número de inscritos nos serviços de emprego continuar a crescer, parece haver uma tendência de inversão, no que se refere ao trimestre anterior, pois a variação da taxa de desemprego e da população desempregada, revela variação negativa (menos 4,1% na taxa de desemprego e menos 9,7% na população desempregada). Teremos de analisar a evolução do próximo trimestre para que se possa constatar se esta situação de inversão se consolida ou se é sazonal, dado que se compararmos os valores do trimestre em referência ao período homólogo (em que os efeitos da pandemia ainda não se faziam sentir), ainda se verifica que em 2020 a taxa de desemprego era de 6,4%, tendo crescido para 7,1% neste trimestre. Por outro lado, a população desempregada, relativamente ao 1º trimestre de 2020 passou de 21,9 milhares para 23,4 milhares em 2021.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2021 - Mercado de trabalho

Indicador	1º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020	1º Trimestre 2020	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População Activa (Milhares) *	331,8	349,3	341,7	-2,9	-5,0	INE
Taxa de emprego (%) *	51,8	52,4	51,9	-0,2	-1,1	INE
População empregada por conta de outrem (Milhares) *	308,4	323,4	319,8	-3,6	-4,6	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem (€) *	927	901	877	5,7	2,9	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade (%)	56,6	56,6	55,5	2,0	0,0	INE
Taxa de desemprego (%) *	7,1	7,4	6,4	10,9	-4,1	INE
População desempregada (Milhares) *	23,4	25,9	21,9	6,8	-9,7	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Milhares)	25,8	24,0	22,0	17,1	7,6	IEFP

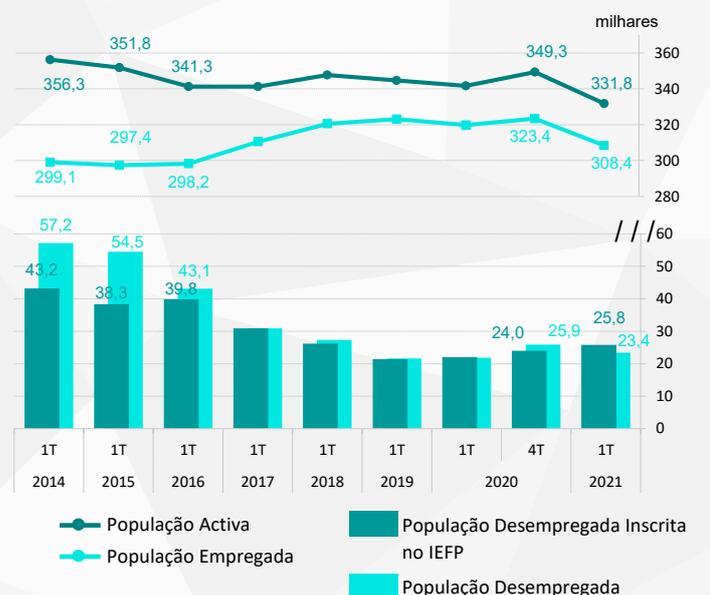
Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

* nova série (2021) (deixou de se considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo)

Apesar da situação verificada no mercado de trabalho, o rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem teve uma evolução positiva, passando de 901€ no final de 2020 para 927€ no 1º trimestre de 2021, o que corresponde a um acréscimo de 2,9%. Se compararmos o valor atual com o valor homólogo de 2020, o acréscimo ainda é maior, correspondendo a 5,7%.

Quanto à taxa de atividade da população residente com 15 e mais anos de idade, apesar de não ter crescido relativamente ao trimestre anterior, manteve-se em 56,6% e cresceu 2% relativamente ao período homólogo de 2020.

População Ativa, Empregada e Desempregada Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego; IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

Taxa de Atividade, de Emprego e de Desemprego Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Inquérito ao Emprego

A taxa de emprego regional, apesar da atual tendência decrescente, apresenta valores muito superiores aos apresentados em 2014. Por outro lado, a taxa de desemprego que a partir de 2020 revela uma tendência ligeiramente ascendente, também está longe dos valores de 2014 em que a região chegou a atingir os 16%.

A taxa de emprego regional, apesar da atual tendência decrescente, apresenta valores muito superiores aos apresentados em 2014. Por outro lado, a taxa de desemprego que a partir de 2020 revela uma tendência ligeiramente ascendente, também está longe dos valores de 2014 em que a região chegou a atingir os 16%.

A taxa de atividade, apesar de pequenas variações ao longo do tempo, pode dizer-se que se pauta por alguma estabilidade, sendo atualmente, praticamente igual aos valores de 2014.

A evolução da população ativa tem verificado pouca variação, tendo, no entanto, no atual trimestre, chegado a valores não verificados no período em análise (valores inferiores aos anteriormente verificados, desde 2014)

A população empregada, que desde 2015 vinha revelando uma evolução ascendente, quebra esta evolução no 4º trimestre de 2020. Porém, os valores apresentados atualmente, são superiores aos valores de 2014, 2015 e 2016. Apesar da população desempregada no 4º trimestre de 2020 ter aumentado, face ao trimestre anterior, voltou a diminuir no trimestre atual, mantendo valores muito distantes dos 57,2 milhões verificados em 2014.

A taxa de desemprego, volta a revelar uma tendência descendente (que tinha sido interrompida no início de 2020), apesar de não ter ainda recuperado os valores de 2019. No entanto, é de salientar a positividade da trajetória descendente que permite passar de 16% em 2014 para os 7,1% do trimestre atual.

No que concerne à avaliação bancária, à semelhança do trimestre anterior, continua a verificar-se um acréscimo no valor dos empréstimos concedidos, quer às famílias, quer às sociedades.

Este acréscimo, no entanto, diminuiu face ao trimestre homólogo. A salientar que o valor dos empréstimos concedidos às famílias, atinge valores bastante superiores ao valor dos empréstimos concedidos às sociedades.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2021 - Avaliação Bancária

Indicador	1º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020	1º Trimestre 2020	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
Avaliação Bancária						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	1,9	2	2,3	-17,4	-5,0	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶) €	8284	8259	8204,7	1,0	0,3	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	294,8	298,4	302,2	-2,4	-1,2	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	2,6	3,1	3	-13,3	-16,1	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4756,3	4693,4	4345,2	9,5	1,3	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

A salientar ainda o facto do rácio do crédito vencido referente aos empréstimos concedidos, quer às famílias, quer às empresas, se encontrar com variação negativa, o que significa que quer num caso, quer no outro, este rácio é inferior ao verificado nos meses de referência (trimestre anterior e trimestre homólogo de 2020). Também o indicador *empréstimo concedido a famílias (devedores)* revela uma evolução favorável à conjuntura regional, dado o decréscimo verificado no número de devedores, quer relativamente ao trimestre anterior, quer ao trimestre homólogo de 2020

O crédito vencido (%) nas sociedades atingiu o valor mais elevado em 2016, tendo o valor dos empréstimos atingido o valor mais elevado em 2014, sendo a situação das famílias, nestes indicadores, muito similar. Verifica-se, desde o 1º trimestre de 2020, a tendência

crescente (apesar de não muito significativa) no valor dos empréstimos concedidos, quer às famílias, quer às sociedades.

Os indicadores de habitação revelam tendências favoráveis, havendo variações positivas nos indicadores referenciados, quer relativamente ao trimestre anterior, quer ao homólogo de 2020

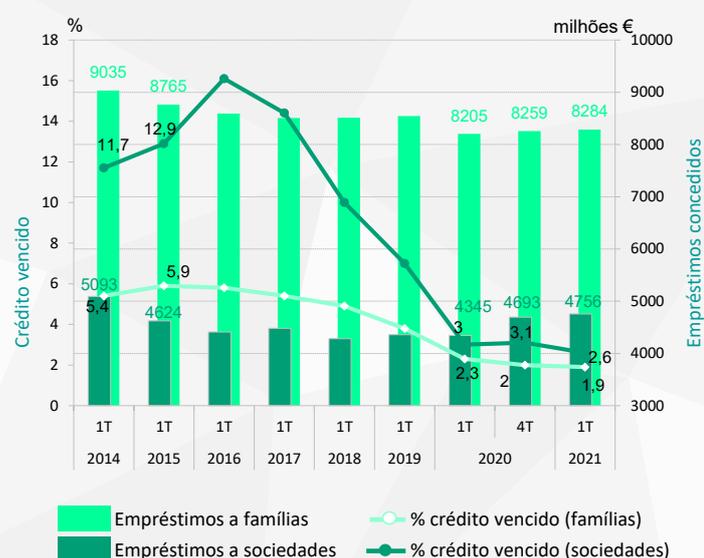
A licença de construção, apesar do crescimento de 23,5% face ao trimestre anterior, poderá dizer-se que não é muito relevante por estarmos perante pequenos números, tendo passado de 68 para 84 licenças. No entanto, é de salientar que se atingiu o valor mais elevado desde 2014.

Já a avaliação bancária dos alojamentos (€/m² valor mediano), recupera, após a queda verificada em 2020. Volta a verificar-se uma tendência crescente, tendo passado de 804€/m² no 1º trimestre de 2020 para 850€/m² no 1º trimestre de 2021. Porém, recorde-se que tendo em conta os trimestres homólogos, em 2019 atingiram -se os valores mais elevados - 1042€/m².

Os indicadores de turismo, continuam a revelar os efeitos da pandemia com decréscimos no número de dormidas totais (- 16,5%), no número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros (-21,8%) e decréscimo acentuado nos proveitos nos estabelecimentos hoteleiros (- 30,8%). No entanto, com tendência inversa, os proveitos totais, verificaram-se favoráveis com um crescimento de 12,4%. Há assim, um movimento turístico que, face à pandemia, ocorre na região, fora dos estabelecimentos hoteleiros.

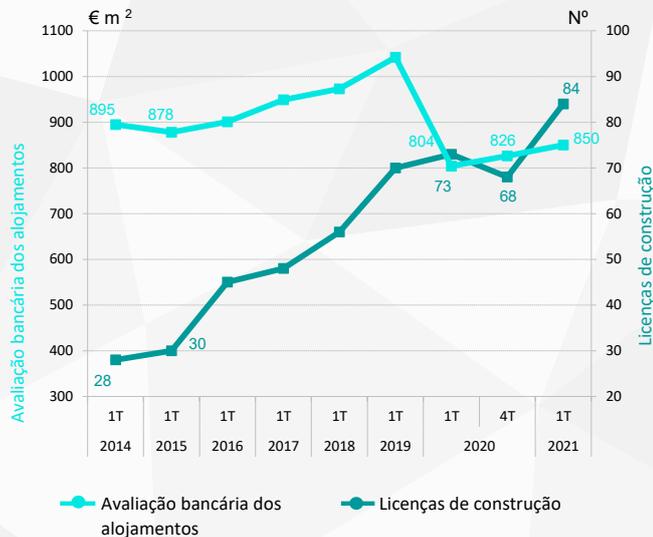
O nº de dias de estada média relativamente ao turismo nacional, mantém-se, havendo o esperado decréscimo no que se refere ao turismo estrangeiro. Esta situação deve-se à falta de mobilidade das pessoas, devido à pandemia

Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



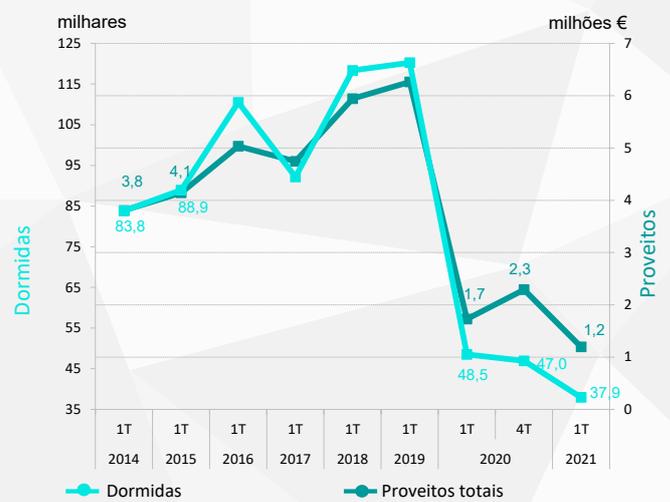
Fontes: INE

Licenças de Construção e Avaliação bancária dos alojamentos (Valor mediano) Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Infoline

Dormidas e Proveitos da Atividade Turística nos Estabelecimentos Hoteleiros Alentejo - Evolução de 2014 a 2021



Fontes: INE - Infoline

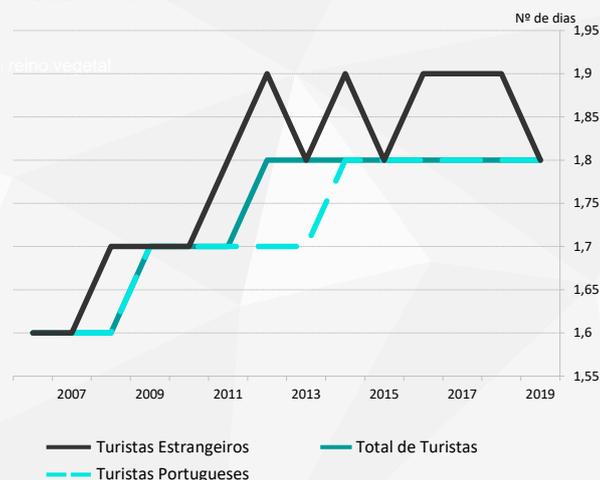
Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2021 - Habitação e Turismo

Indicador	1º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020	1º Trimestre 2020	Varição Anual homóloga %	Varição Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	84	68	73	15,1	23,5	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ² valor mediano)	850	826	804	5,7	2,9	INE
Turismo - dormidas totais (Milhares)	61,6	75,8	73,7	-16,5	*	INE
Turismo - dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (Milhares)	37,9	47,0	48,5	-21,8	*	INE
Turismo - proveitos Totais (Milhares €)	2967	4831	2640	12,4	*	INE
Turismo - proveitos nos estabelecimentos hoteleiros (Milhares €)	1195	2288	1726	-30,8	*	INE

Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

Estada média (nº de dias) nos estabelecimentos hoteleiros de 2007 a 2019



Fontes: INE - Infoline

A balança comercial da região continua a revelar em março de 2021 um resultado positivo, dado que o valor das exportações continua a ser superior ao valor das importações

O valor das exportações continua a ter uma variação positiva, quer em relação ao período homólogo, quer ao trimestre anterior e ultrapassa valores verificados em 2018 (antes da pandemia). O valor obtido no comércio intra-comunitário ultrapassa o dobro do extracomunitário, no entanto, a variação crescente deste é superior à daquele.

Indicadores de conjuntura - Alentejo - 1º Trimestre de 2021 - Exportação / Importação

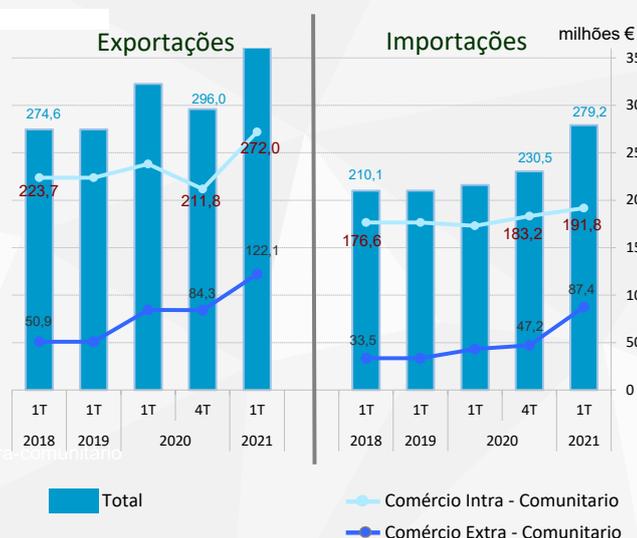
Indicador	1º Trimestre 2021	4º Trimestre 2020	1º Trimestre 2020	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	394,1	296,0	322,7	22,1	33,1	INE
Exportações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	272,0	211,8	238,3	14,2	28,5	INE
Exportações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	122,1	84,3	84,4	44,6	44,9	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	279,2	230,5	216,1	29,2	21,2	INE
Importações de bens - Comércio Intra-Comunitário (10 ⁶ €)	191,8	183,2	173,0	10,9	4,7	INE
Importações de bens - Comércio Extra-Comunitário (10 ⁶ €)	87,4	47,2	43,1	103,0	85,1	INE

Fonte: INE - Infoline

O valor das importações também é superior ao verificado nos trimestres de referência e, em períodos homólogos, é o mais elevado, superior ao verificado em 2018. A relação entre o comércio intracomunitário e extracomunitário é semelhante à verificada com as exportações.

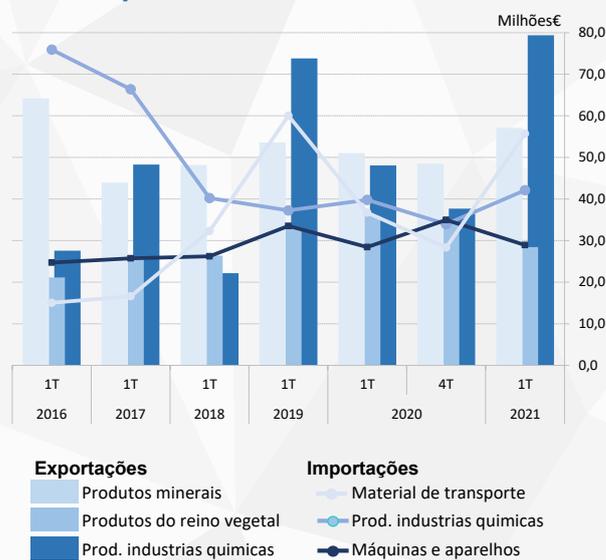
A estrutura das exportações regionais, revela que os valores mais elevados dos produtos exportados na região são atingidos com as exportações de produtos de indústrias químicas seguidos de os produtos minerais e por fim, produtos do reino vegetal. Os três produtos que ocupam o maior valor nas importações continuam a ser os produtos de material de transporte, os produtos de indústrias químicas e as máquinas e aparelhos.

Exportações e Importações de Bens - Comércio Intra e Extra - Comunitário Alentejo - Evolução de 2018 a 2021



Fontes: INE - Infoline

Exportações e Importações por Tipo de Bens Alentejo - Evolução de 2016 a 2021



Fontes: INE - Infoline

A tipologia dos produtos com maior valor de exportação e de importação, tem vindo a manter-se, apesar de se revelarem algumas dinâmicas no posicionamento destes produtos, quer em termos das exportações, quer das importações. A ordem do valor dos produtos exportados não tem sido sempre a mesma, tendo havido alterações relativamente ao trimestre anterior, apesar da liderança se manter com os produtos de indústrias químicas.

O valor das exportações de produtos minerais tem vindo a revelar uma tendência descendente a partir de 2019, parecendo querer, neste trimestre, recuperar valores de mercado, tendência que terá de ser consolidada para se perceber se não se trata de uma situação pontual. O valor dos produtos de indústrias químicas, passou a ocupar o valor cimeiro das exportações, o que já tinha acontecido em períodos homólogos de 2017 e 2019. No entanto, surge neste trimestre, com uma situação muito vantajosa, face a anteriores períodos homólogos.

Os produtos do reino vegetal, têm manifestado uma tendência para «ganhar espaço» no valor das exportações, mas com inversão de tendência neste trimestre.

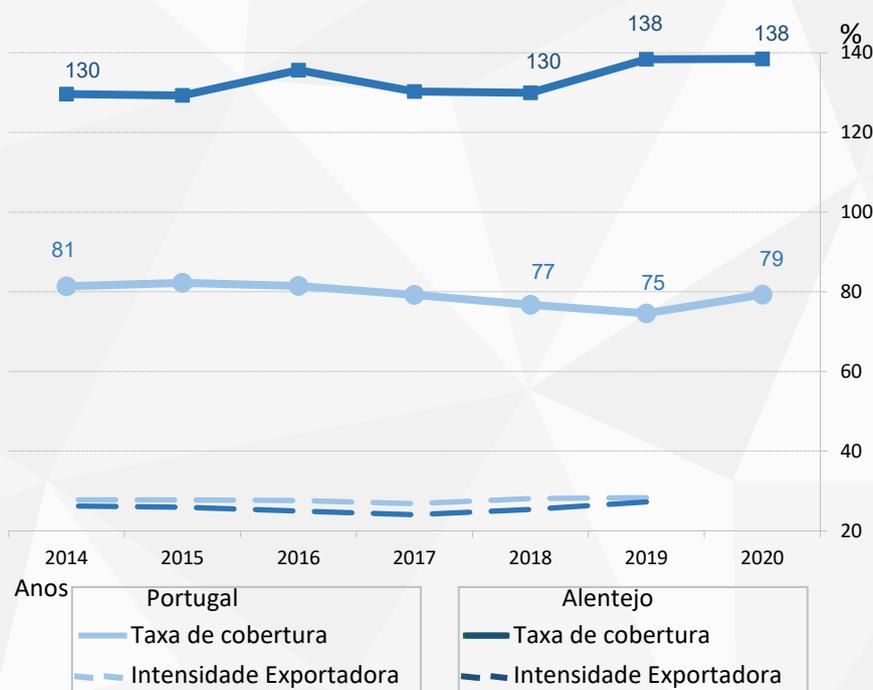
Já o valor das importações de material de transporte passou a assumir o valor cimeiro, e de tendência ascendente. O material de transporte importado, a partir de 2016 até 2018, assumiu um comportamento de tendência ascendente continuado, data a partir da qual inverteu a trajetória. Neste trimestre voltou a mudar de trajetória e passou a ocupar o primeiro lugar de produtos importados de maior valor. Já a importação de máquinas e aparelhos, mantém um comportamento com algumas oscilações cíclicas nas suas tendências, não muito significativas.

A taxa de cobertura regional das importações pelas exportações vem comprovar o saldo positivo existente na balança comercial, mantendo-se acima dos 130%.

A nível nacional, esta taxa revela um valor abaixo de 100%, com uma ligeira tendência descendente, a inverter ligeiramente neste trimestre.

Quanto à intensidade exportadora, tem mantido uma tendência de estabilidade.

Taxa de cobertura das importações pelas exportações e Intensidade Exportadora Alentejo - Evolução de 2014 a 2019



Fontes: INE - Infoline

Artigo da responsabilidade de **Teresa Godinho**, chefe de divisão e **Amável Candeias**, técnico superior - Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional, (DSDR), CCDR Alentejo.

Para uma Administração Local de Excelência

Em ano eleitoral Revisitação do Estatuto dos Eleitos Locais

Os membros dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias, também designados por eleitos locais, viram o seu estatuto definido pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho.

Desde então o Estatuto foi objeto de alterações que, apesar de numerosas, invariavelmente procuraram manter intocável a dignidade e a importância da missão dos cidadãos eleitos. Com efeito, e na esteira do preconizado pelo Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República no seu Parecer relativo ao Processo 122015 (disponível em www.dgsi.pt), trata-se de *Órgãos das autarquias locais que são órgãos representativos na medida em que são escolhidos através de eleições livres pelas respetivas populações. Legitimidade democrática própria que, conjugada com a autonomia das autarquias locais, implica a independência dos eleitos locais no exercício do cargo autárquico.*

Em matéria de cargos públicos, a Constituição postula, no seu artigo 50.º, que todos os cidadãos a eles têm acesso em condições de igualdade e liberdade, não podendo ser prejudicados na sua colocação, no seu emprego, na sua carreira profissional ou nos benefícios sociais a que tenha direito, em virtude do exercício de direitos políticos ou do desempenho de tais cargos.

Assim, não sendo de estranhar que o estatuto seja marcado por um conjunto de direitos e deveres, entretanto consolidados, em ano de eleições autárquicas será oportuno visitar alguns dos mais emblemáticos, tal como alguns traços essenciais que caracterizam o Estatuto e o próprio ato eleitoral.

Regime do desempenho de funções

Desempenham as respetivas funções em regime de permanência: os presidentes das câmaras municipais, os vereadores, em número e nas condições previstos na lei, bem como os membros das juntas de freguesia em regime de tempo inteiro.

No que se refere à câmara municipal, poderá optar pela existência de vereadores em regime de meio tempo, correspondendo dois vereadores em regime de meio tempo a um vereador em regime de permanência.

Os vereadores e os vogais das juntas que não estejam nem em regime de tempo inteiro nem em regime de meio tempo são considerados em regime de não permanência, tal como os membros das assembleias deliberativas quer dos municípios quer das freguesias.

Assim, os membros de órgãos executivos que não exerçam as respetivas funções em regime de permanência ou de meio tempo são dispensados das suas atividades profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, para o exercício de atividades no órgão para o qual foram eleitos num determinado número de horas.

Já os membros dos órgãos deliberativos são dispensados das suas funções profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, quando o exija a sua participação em atos relacionados com as suas funções de eleitos, designadamente em reuniões dos órgãos a que pertencem ou em atos oficiais a que devem comparecer.

As entidades empregadoras dos eleitos locais têm direito à compensação dos encargos resultantes das dispensas, estando todas as entidades públicas e privadas sujeitas ao dever geral de cooperação para com os eleitos locais no exercício das suas funções.

Exclusividade e incompatibilidades

Prevê o Estatuto que o os eleitos locais, mesmo os que estejam em regime de permanência, podem exercer outras atividades (sejam públicas ou privadas), devendo porém comunicá-las, quando de exercício continuado, quanto à sua natureza e identificação, ao Tribunal Constitucional e à assembleia municipal, na primeira reunião desta a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções nas atividades não autárquicas.

Os presidentes de câmaras municipais e os vereadores em regime de permanência que não optem pelo exclusivo exercício das suas funções terão de assegurar a resolução dos assuntos da sua competência no decurso do período de expediente público.

No entanto, a acumulação já não será possível se as funções a acumular corresponderem a cargos ou atividades profissionais relativamente aos quais outras leis estabeleçam regimes de incompatibilidades ou impedimentos de acumulação com as funções autárquicas.

Por outro lado, a este respeito há ainda que observar o disposto no regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos (Lei n.º 52/2019, de 31 de julho), entendendo-se enquanto tais os membros dos órgãos executivos do poder local.

Deveres

No exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados, em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos: a observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem; a cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências; a atuar com justiça e imparcialidade.

Também em matéria de prossecução do interesse público os eleitos locais estão vinculados: a salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respetiva autarquia; a respeitar o fim público dos poderes em que se encontram investidos; a não patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções, quer invocando a qualidade de membro de órgão autárquico; a não intervir em processo administrativo, ato ou contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum; a não celebrar com a autarquia qualquer contrato, salvo de adesão; e a não usar, para fins de interesse próprio ou de terceiros, informações a que tenha acesso no exercício das suas funções.

Igualmente se encontram vinculados, em matéria de funcionamento dos órgãos de que sejam titulares: a participar nas reuniões ordinárias e extraordinárias dos órgãos autárquicos; bem como a participar em todos os organismos onde estão em representação do município ou da freguesia.

Refira-se ainda que de acordo com o regime jurídico da tutela administrativa (Lei n.º 27/96, de 1 de agosto), a prática, por ação ou omissão, de ilegalidades no âmbito da gestão das autarquias locais (previstas nesta lei) pode determinar a perda do respetivo mandato, se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da ação ou omissão deste. No entanto, as decisões de perda do mandato e de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são da competência dos tribunais administrativos, na sequência de ações interpostas para o efeito.

Direitos remuneratórios

Os eleitos locais em regime de permanência têm direito a remuneração mensal, bem como a dois subsídios extraordinários, de montante igual àquela, em junho e novembro. O valor base das remunerações dos presidentes das câmaras municipais é fixado por referência ao vencimento base atribuído ao Presidente da República: Municípios de Lisboa e Porto - 55%; Municípios com 40000 ou mais eleitores - 50%; Municípios com mais de 10000 e

menos de 40000 eleitores - 45%; Restantes municípios - 40%.

As remunerações e subsídios extraordinários dos vereadores em regime de permanência correspondem a 80% do montante do valor base da remuneração a que tenham direito os presidentes dos respetivos órgãos.

A atribuição efetiva de destas remunerações dos eleitos locais em regime de permanência varia no seguinte modo: aqueles que exerçam exclusivamente funções autárquicas, ou em acumulação com o desempenho não remunerado de funções privadas, recebem a totalidade das remunerações; aqueles que exerçam funções remuneradas de natureza privada recebem 50% do valor de base da remuneração, sem prejuízo da totalidade das regalias sociais a que tenham direito; aqueles que, nos termos da lei, exerçam outras atividades em entidades públicas ou em entidades do sector público empresarial não participadas pelo respetivo município apenas podem receber as remunerações de autarca.

Quanto aos eleitos locais em regime de meio tempo, têm direito a metade das remunerações e subsídios fixados para os respetivos cargos em regime de tempo inteiro.

Por seu turno, os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respetivo órgão e das comissões a que compareçam e participem.

No que concerne à remuneração do presidente da junta de freguesia em regime de permanência, o valor base é fixado por referência ao vencimento base atribuído ao Presidente da República, sendo variável: Freguesias com mais de 20000 eleitores - 25%; Freguesias com mais de 10000 e menos de 20000 eleitores - 22%; Freguesias com mais de 5000 e menos de 10000 eleitores - 19%; Freguesias com menos de 5000 eleitores - 16%.

Já os presidentes das juntas de freguesia que não exerçam o mandato em regime de permanência têm direito a uma compensação mensal para encargos, fixada por referência às remunerações atribuídas aos presidentes das câmaras municipais dos municípios com menos de 10000 eleitores, que varia consoante o número de eleitores de cada freguesia.

Os tesoureiros e secretários das juntas de freguesia que não exerçam o mandato em regime de permanência têm direito a idêntica compensação no montante de 80% da atribuída ao presidente do respetivo órgão.

Os vogais das juntas de freguesia que não sejam tesoureiros ou secretários têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária em que participem.

Também os membros da assembleia de freguesia têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária correspondente a 5% daquela remuneração.

Tal como acontece na câmara municipal, os membros das juntas de freguesia que não exerçam o mandato em regime de permanência têm direito à dispensa do desempenho das suas atividades profissionais para o exercício das suas funções autárquicas, ficando obrigados a avisar a entidade patronal com antecedência, num número de horas por mês que varia em função do número de eleitores de cada freguesia.



Outros direitos

Os eleitos em regime de permanência têm direito à segurança social. Igualmente têm direito à proteção conferida pela lei penal aos titulares de cargos públicos e a apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respetivas funções.

Limites à renovação sucessiva de mandatos

A nossa Constituição estabelece nos artigos 50.º, n.º 3 e 118.º, n.º 2, que, no acesso aos cargos eletivos, a lei só pode definir as inelegibilidades necessárias para garantir a liberdade de escolha dos eleitores e a isenção e independência do exercício dos respetivos cargos. Daí que a legislação ordinária possa determinar limites à renovação sucessiva de mandatos dos titulares de cargos políticos executivos.

Com vista a cumprir este desígnio, a Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, veio estabelecer limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.

Atualmente, o presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesia só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos.

A Lei da Paridade

Por outro lado, e como consagra a Constituição, a participação direta e ativa dos homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental da consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso aos cargos políticos (artigo 109.º).

Deste modo, na composição das listas de candidatura para os órgãos das autarquias locais, deverão ser igualmente observadas as regras previstas na chamada Lei da Paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto, na sua redação atual).

Para efeitos desta lei, entende-se por paridade a representação mínima de 40% de cada um dos sexos nas listas (artigo 2.º, n.º 1, da referida Lei). Esta lei passou a abranger também a lista de candidatos a vogal das juntas de freguesia e as listas de candidatos às mesas dos órgãos deliberativos das autarquias locais (assembleias municipal e assembleia de freguesia).

Para uma lista respeitar a lei da paridade não pode ter mais de dois candidatos seguidos do mesmo sexo e, no total, não tendo menos de 40%, arredondado para a unidade mais próxima, de cada um dos sexos.

O Ato Eleitoral

O ato eleitoral para os órgãos das autarquias locais compreende a eleição das Assembleias de Freguesia, das Assembleias Municipais e das Câmaras Municipais.

No que toca ao sistema eleitoral, são aplicáveis, com adaptações, as regras definidas para a Assembleia da República.

Destaca-se que na eleição para os órgãos autárquicos as listas podem ser propostas por partidos políticos, coligações de partidos e, ainda, por grupos de cidadãos eleitores.

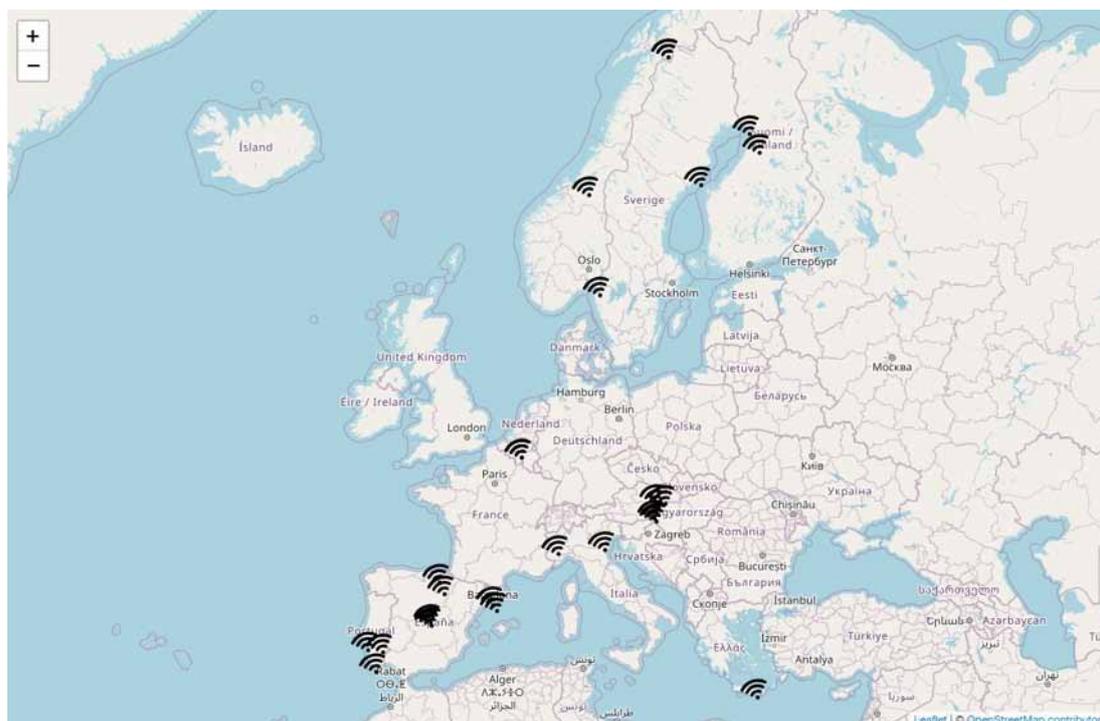
Outra especificidade consiste na extensão dos direitos de sufrágio e de candidatura aos cidadãos residentes no território português e nacionais dos estados da União Europeia ou dos países de língua oficial portuguesa e ainda nacionais de outros países que atribuam capacidade eleitoral aos portugueses neles residentes.

Sendo eleitos de 4 em 4 anos, as eleições têm lugar, obrigatoriamente, no período entre 22 de setembro e 14 de outubro, só podendo realizar-se ao domingo ou em dia feriado. Sendo a eleição marcada por Decreto do Governo, o ato eleitoral é, a nível central, organizado pelo serviço competente do Ministério da Administração Interna, sendo que também intervêm os órgãos e agentes da administração eleitoral a nível municipal e de freguesia.

Este ano a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais terá lugar no dia 26 de setembro.

Perspetiva 2030

AURORAL - Architecture for Unified Regional and Open digital ecosystems for Smart Communities and wider Rural Areas Large scale application



O AURORAL (Arquitetura para Ecosistemas Digitais Unificados Regionais e Abertos para Comunidades Inteligentes e Áreas Rurais mais vastas - Aplicação em grande escala) é um projeto que tem como objetivo aumentar a conectividade e o fornecimento de um ambiente digital de plataformas de serviços interoperáveis, de objetos inteligentes capazes de desencadear ecossistemas rurais dinâmicos de cadeias de inovação, aplicações e serviços.

Este projeto pretende aumentar o crescimento económico e criar empregos em áreas rurais e para enfrentar desafios sociais significativos, contribuindo para o ultrapassar do fosso digital entre áreas rurais e urbanas e para desenvolver o potencial oferecido por uma maior conectividade e digitalização das áreas rurais.

O ambiente digital AURORAL é demonstrado através de aplicações de domínio cruzado, flexíveis e rentáveis através de projetos-piloto em larga escala em cinco regiões europeias.

O AURORAL baseia-se numa arquitetura aberta, baseada em API (Interface de Programação de Aplicação), interoperável da Internet das Coisas (IoT) e inclui implementação de referência que apoia a integração flexível de serviços heterogêneos, colmatando a lacuna de interoperabilidade das plataformas de objetos inteligentes e criando mercados para serviços em zonas rurais.

O Alentejo através da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, faz parte do Consórcio AURORAL, que reúne ainda mais 10 utilizadores finais rurais na Europa (SMART INNOV NORWAY, HAFEN, DIGIPOOLIS, EEE, TVRO, TESORI COOP, AIGUASOL, CLUSTER BIOMASSA, ENVIRONM PARK, NARVIK) representando zonas rurais em todo o continente (Portugal, Espanha, Itália, Áustria e regiões árticas da Noruega, Suécia e Finlândia).

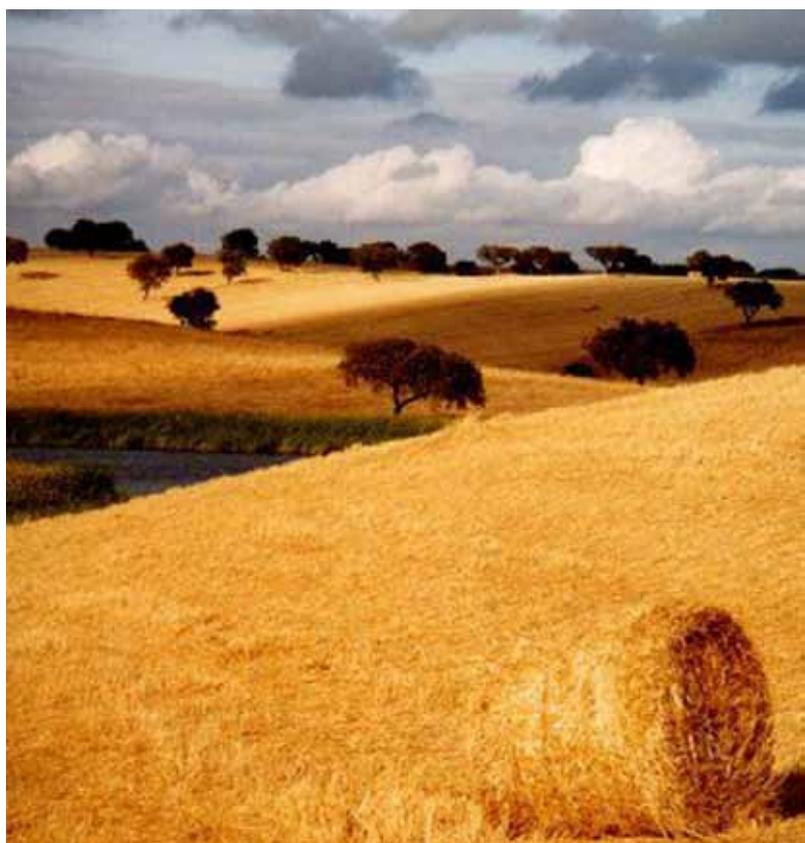
Todas as regiões envolvidas estão a executar programas de transformação rural a nível nacional ou europeu, tais como os conceitos de aldeia inteligente.

Estão envolvidos no projeto, seis centros de investigação técnica e universidades de classe mundial (CERTH, SINTEF, UPM, DEUSTO, UMEA, UNIV OULU) que oferecem uma formação científica de ponta, bem como capacidades de investigação fundamental de baixo TRL (Technology readiness level) e capacidade de divulgação através de revistas e conferências científicas de primeira linha;

Para além destes centros o AURORAL congrega empresas industriais e PME líderes (ATOS, BVR, BOSONIT, LUXACTIVE, UNP e IrRADIARE), com antecedentes significativos no domínio das TIC e da aldeia/cidade inteligente com experiência recente em ambiciosos projetos de I&D europeus, demonstraram capacidades de disseminação e exploração, uma forte orientação para o produto, bem como acesso ao mercado visado, onde têm posições de liderança;

Não menos importante que os Centros de Investigação e as Empresas Industriais e PME integram o Projeto duas redes internacionais (DIGITAL SME, FEBEA) que dispõem de um potencial significativo para acelerar o impacto AURORAL através do acesso a potenciais inovadores na UE (DIGITAL SME), bem como a investidores (FEBEA). Além disso, a Rede de Regiões Rurais está envolvida indiretamente através da CCDRA, para facilitar o acesso às regiões rurais europeias.

A dimensão europeia do consórcio é muito elevada com parceiros de 10 países europeus, incluindo Portugal, Noruega, Finlândia, Áustria, Itália, Espanha, Grécia, Suécia, Eslováquia e Bélgica.



fotografia cedida pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e do Ribatejo

CCDR Alentejo parceiro principal do AURORAL

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo é parceiro principal e líder do projeto, que tem um custo estimado de 16 369.837,50 euros, com uma contribuição solicitada pela EU de 14 569,392.75 euros, para uma Plataforma de investimento de 50 milhões de euros.

O AURORAL teve início em janeiro de 2021 e tem a duração de 48 meses.

Os parceiros do projeto são para além da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-A), as seguintes entidades:



é um órgão descentralizado da administração central portuguesa que promove o desenvolvimento regional sustentável da região do Alentejo.



uma empresa escandinava de inovação tecnológica que realiza I&D industrial.



é um serviço global de IT e consultoria na transformação digital, nomeadamente no sector energético, com forte experiência em sistemas de energia TIC e Gestão de Dados.



Centro de Investigação e Tecnologia Hellas (CERTH) é um centro grego de inovação em investigação que fornece apoio técnico e tecnológico.



uma empresa espanhola de software de análise de dados especializada na análise e visualização de dados e em *machine learning*.



uma PME eslovaca com experiência em inovação TIC no campo da IOT e as suas aplicações em energia e transporte inteligente.



a maior universidade tecnológica espanhola que irá desenvolver a abordagem de interoperabilidade semântica no projeto.



uma PME portuguesa de alta tecnologia que desenvolve tecnologias digitais e fornece serviços de consultoria em digitalização.



lidera clusters de empresas de TI e ambientes académicos em I&I, ciência aplicada e soluções digitais em projetos de cidades inteligentes.



uma PME norueguesa especializada em sistemas de transporte inteligentes e serviços de mobilidade, soluções inteligentes de energia, TIC, segurança e proteção, comercialização, marketing e normalização.



O Departamento de Física Aplicada e Eletrónica da Universidade de Umeå na Suécia é especialista em eficiência energética em edifícios e conversão de energia termoquímica.



um consórcio público que apoia empresas de serviços industriais na indústria do Ártico e da economia circular.



O Centro Europeu para as Energias Renováveis Güssing Ltd. (EEE) atua como uma agência local de energia para os municípios austríacos.



A Associação de Turismo da Região Oberwart na Áustria é um gabinete de desenvolvimento regional para os municípios.



é uma PME austríaca especializada em e-Turismo e ciência de dados aplicada.



um cluster científico e tecnológico italiano que fornece soluções para poupança de energia, eliminação de resíduos, energia limpa, novos materiais e angariação de fundos para empresas que investem na inovação.



A "I Tesori della Terra" uma cooperativa de pequenos agricultores italianos envolvidos na agricultura social.



é uma PME espanhola que fornece serviços de engenharia, consultoria e investigação, promovendo soluções inovadoras para reduzir o impacto associado à utilização de energia.



uma ONG espanhola que representa o sector bioenergético e promove a utilização sustentável da bioenergia.

fotografia cedida pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e do Ribatejo





uma equipa multidisciplinar e multicultural, que se ocupa da governação urbana, local e regional e das políticas públicas.



uma instituição de ensino superior com equipas dedicadas à investigação de IoT, modelação de conhecimentos, Big Data, Open Call e Human-Environment Interaction.



uma rede que representa o sector das TIC e que contribui para as discussões políticas ao nível da UE.



A Federação Europeia de Bancos Éticos e Alternativos que reúne instituições financeiras cujo objetivo é o financiamento da economia social e solidária.



A Unidade de Investigação de Estruturas e Tecnologia da Construção da Universidade de Oulu na Finlândia investiga sistemas inteligentes para a construção, transporte, logística e *built environment*.



é um município do condado de Nordland na Noruega que apoia o crescimento económico local e o desenvolvimento comunitário.

Casos Piloto

Serviços digitais que criam massa crítica nas zonas rurais do Alentejo.

A região do Alentejo tem uma estratégia de especialização inteligente que define vários domínios dos quais destacamos o domínio do Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo, consolidando-o como uma importante prioridade formalmente definida para a região do Alentejo.

Estão envolvidos seis locais, como Sines - empreendedorismo digital que aumenta as instalações de incubação e os polos tecnológicos; São Pedro do Corval - comunidades artísticas com uma grande história relacionada com artesanato e olaria; Pias - para um envelhecimento saudável; Arronches - eficiência de recursos públicos centrada no combate às alterações climáticas; Vendas Novas e Odemira - mobilidade com a implementação do serviço de transporte a pedido e apoio à expansão do serviço, bem como a incorporação de novos serviços no território.

Este piloto está totalmente alinhado com as necessidades verificadas e a estratégia de especialização inteligente da região. O AURORAL apoiará a integração de novos serviços *trans-setoriais* para criar aldeias inteligentes interligadas e alcançar objetivos de desenvolvimento regional.



fotografia cedida pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e do Ribatejo

Objetivos do Piloto alentejano são:

Integração e interoperabilidade de plataformas existentes utilizando serviços de mediação de dados AURORAL para fornecer serviços de mercadorias a aldeias inteligentes mais vastas;

- Fornecer maiores conjuntos de dados e conhecimentos para apoiar a tomada de decisão e melhorar a consolidação dos planos de negócios existentes e novos;
- Interligar 6 locais através da combinação de tecnologias distintas e serviços verticais para implementar serviços de mercadorias para partilhar conhecimentos, experiência e soluções;

Promover a participação da comunidade através do fornecimento de serviços de mercadorias fáceis de usar para o intercâmbio de produtos e serviços rurais.

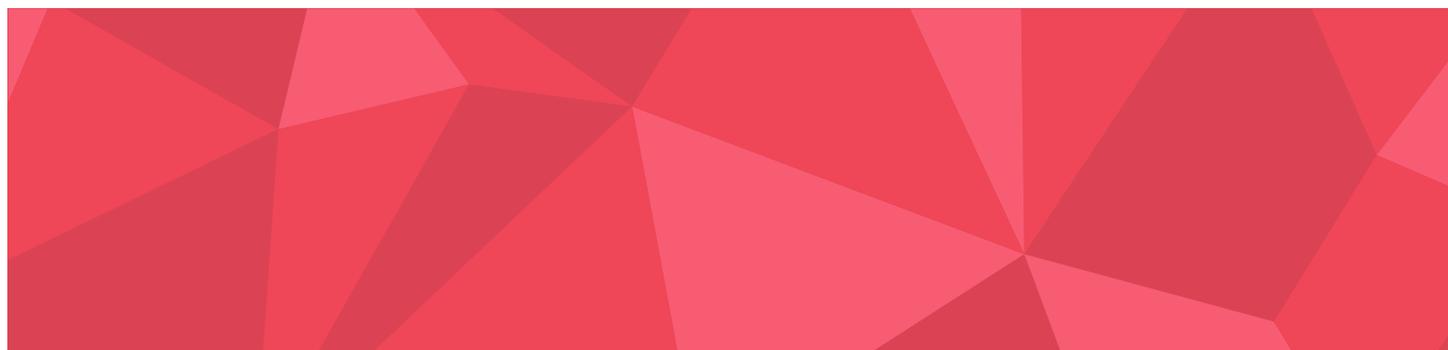
Os benefícios deste caso Piloto podem aferir-se pelo fornecimento de um contexto comum horizontal para a inclusão de mercados verticais atualmente isolados e de plataformas de dados contextuais para aumentar o conhecimento dos dados, levando a uma maior criação, recolha, partilha e utilização cruzada.

Harmonizar desta forma o estatuto digital em diferentes sectores para proporcionar à população, uma prestação de serviços economicamente atrativa.

O projeto promove ainda a Integração das plataformas e equipamentos existentes através da adoção de normas e ferramentas comuns de interoperabilidade; Proporcionando uma maior disponibilidade de dados e ferramentas de gestão de dados para ter uma representação digital holística do território; Permitindo a existência de Plataformas integradas de gestão da energia e da água em plataformas mais amplas e horizontais.

Para além do caso Piloto do Alentejo existem outros na Europa como Lapland - Finlândia Sistema inteligente de dados logísticos comunitários para a Lapónia, Piedmont - Itália Agricultura leiteira de precisão e *eco-turismo* social na zona rural do Piemonte, Penedès - Espanha Produção bioenergética a partir de resíduos agroflorestais das adegas da região vinícola de Penedès, Västerbotten - Suécia Melhorar o serviço público de aconselhamento energético no espaço rural: uma ferramenta inteligente de acesso aberto, Hålogaland - Noruega (Turismo) Turismo hiperlocal e serviços de mobilidade no Ártico, Hålogaland - Noruega (Saúde), Serviço de Saúde e Bem-estar ao domicílio no Ártico e Southern Burgenland- Áustria Mobilidade sustentável, turismo inteligente e sistemas energéticos inteligentes.

Artigo da responsabilidade de Vice Presidente da CCDR Alentejo, **Carmen Carvalheira** (coordenadora do Projeto) e **Patrícia Gomes da Silva**, Diretora de Serviços de Fiscalização da CCDR Alentejo



O Alentejo no contexto do Portugal 2020

Síntese de execução dos Programas Operacionais na Região Situação a 31 de março de 2021

O PORTUGAL 2020 para consagrar a política de desenvolvimento económico, social e territorial para Portugal, no período que medeia entre 2014 e 2020, reúne a atuação dos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente, FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP. Este artigo pretende sintetizar a monitorização operacional, territorial e financeira das principais das intervenções dos fundos europeus no Alentejo, com maior incidência para o ALENTEJO 2020 - Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020, e para os Programas Operacionais temáticos COMPETE 2020, PO SEUR, PO CH, PO ISE, PDR 2020. Para a elaboração deste estudo recorreu-se à informação produzida pela ADC no Reporte Trimestral de Monitorização Territorial, sendo a última referente a 31 de Março e 2021 e a informação disponibilizada nos sites do PDR 2020 e MAR 2020, esta última referente a 31 de dezembro de 2020.

Síntese Trimestral

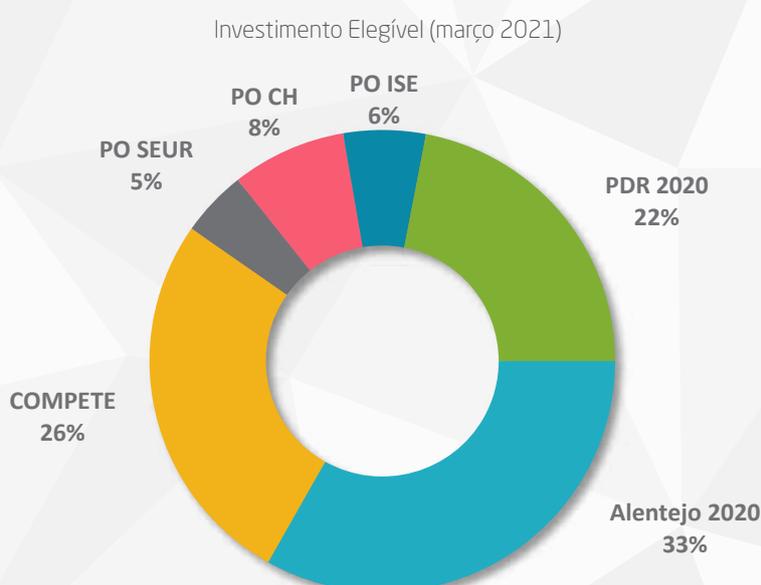
Durante o último trimestre pode constatar-se que houve crescimento significativo sobretudo ao nível das operações aprovadas e do investimento elegível, sendo um pouco mais moderado ao nível dos fundos europeus comprometidos, ainda assim com valores de compromisso significativos.

Quadro 1 - Evolução Global dos Fundos Europeus

	Acréscimo Relativo	
	Trimestre Anterior	Ano Anterior
Nº Operações	17,8%	38,8%
Investimento Elegível	15,4%	31,5%
Fundo Europeu	9,3%	22,5%

O mesmo se passou ao longo do último ano (mar. 2021 - mar. 2020), durante o qual se registaram acréscimos significativos ao nível de cada uma das variáveis analisadas.

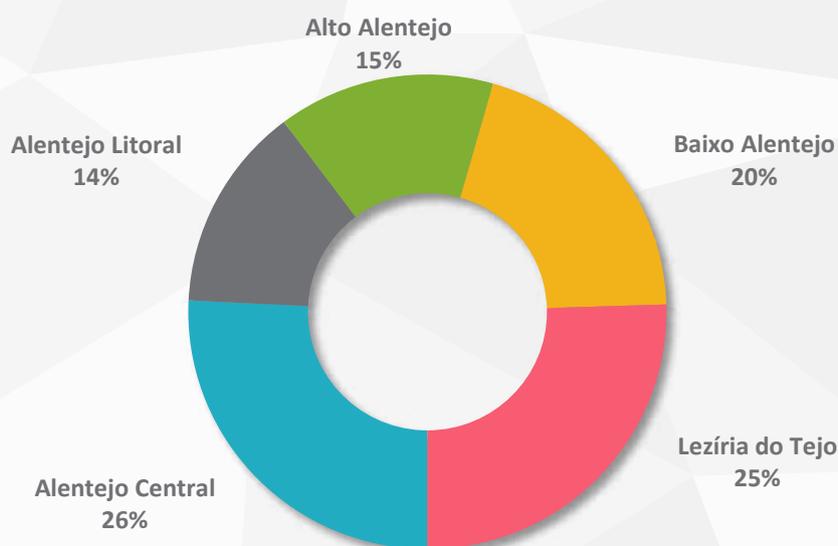
Gráfico S1 - O Investimento por Programa Operacional no Alentejo



Conforme se pode constatar, nesta região, a maior parte do investimento elegível aprovado encontra-se aprovado ao abrigo das candidaturas ao ALENTEJO 2020, seguindo-se o PDR 2020 e o COMPETE 2020, entre os três são responsáveis por 81% de todo o investimento elegível candidatado ao abrigo dos fundos europeus.

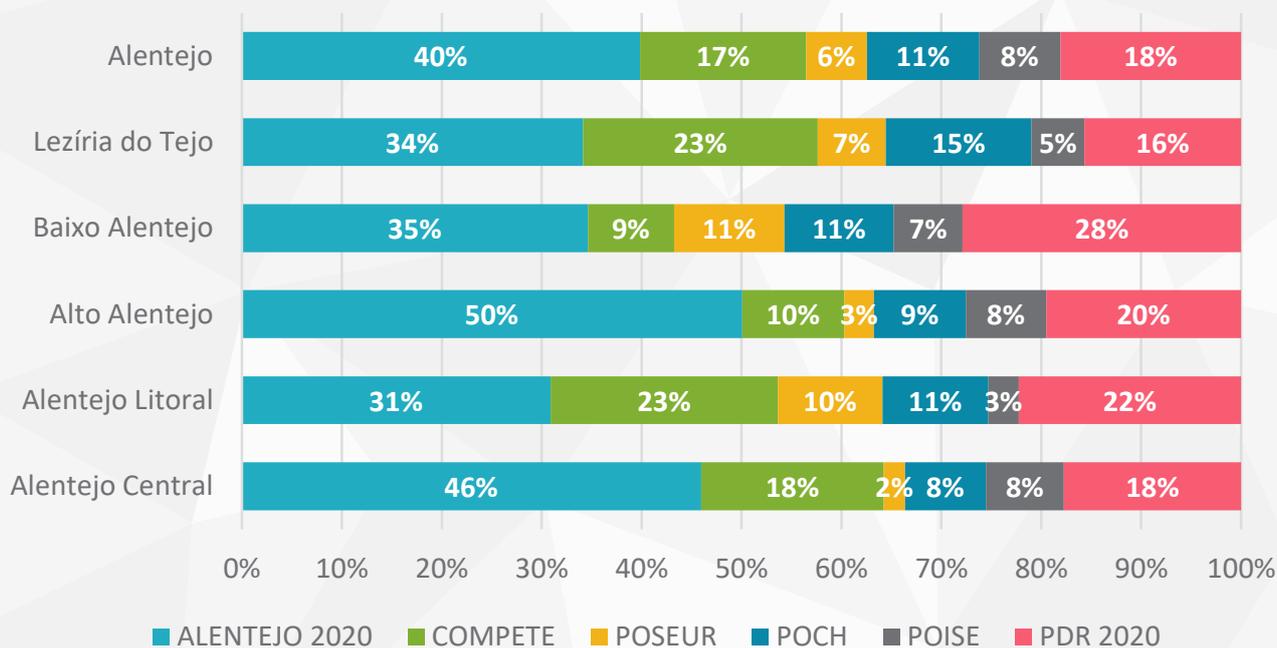
Gráfico S2 - O Investimento no Alentejo por NUTS III

Investimento Elegível (março 2021)



Por sua vez, o maior volume de investimento elegível aprovado encontra-se no Alentejo Central, seguido de perto pela Lezíria do Tejo, entre estas duas NUTS III, encontra-se 51% do investimento elegível aprovado para esta região.

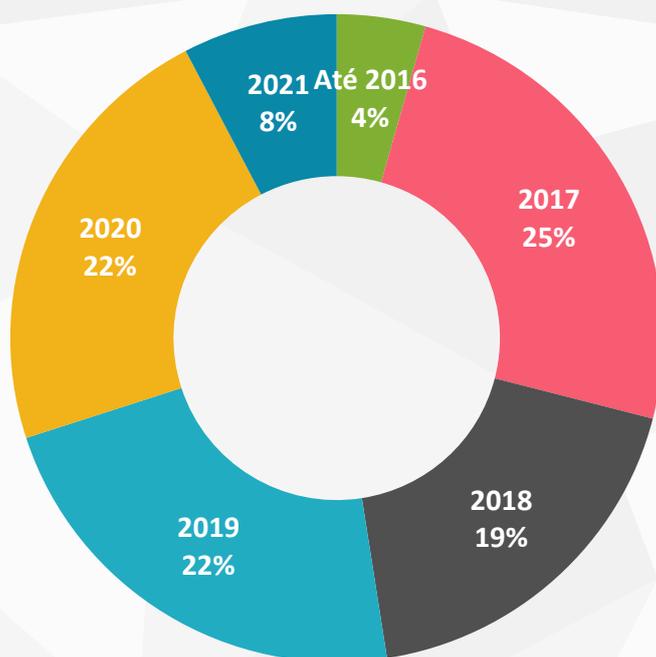
Gráfico S3 - Fundo Europeu Aprovado por PO e por NUTS III



O Alto Alentejo é a NUTS III onde o Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020 assume maior destaque no contexto dos fundos europeus aprovados para financiar o investimento nessa NUTS III. Por sua vez, no Alentejo Litoral o PO Regional assume menos preponderância no contexto dos PO's financiadores. De salientar ainda, o peso relativo que o PDR tem na NUTS III Baixo Alentejo, na qual se aproxima do peso do ALENTEJO 2020.

Fazendo uma retrospectiva acerca de pagamentos de fundos europeus verifica-se que o maior volume ocorreu durante o ano de 2017, e que até agora em 2021 já se fizeram pagamentos em valor que corresponde a cerca de 8% do total de pagamentos de fundos europeus desde o início do PORTUGAL 2020.

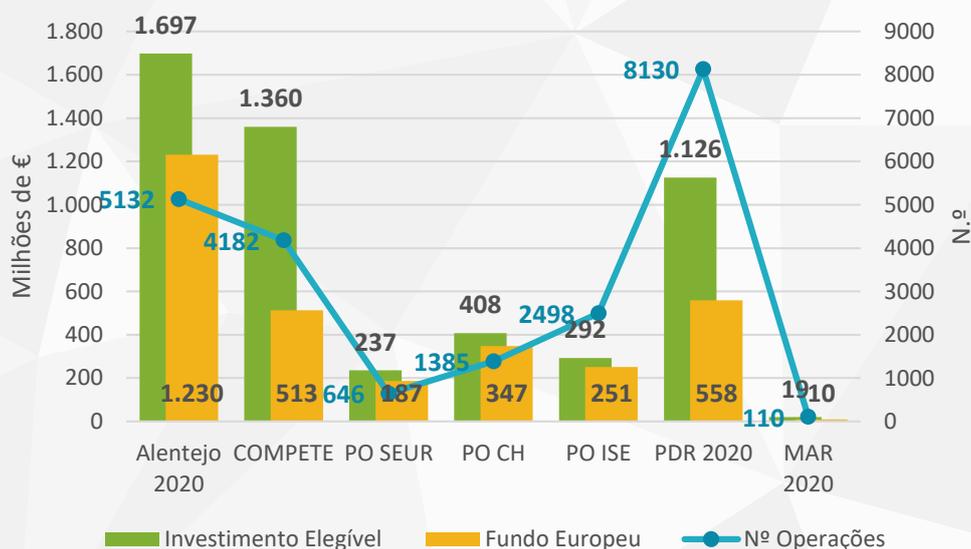
Gráfico B4 - Pagamentos de Fundos Europeus no Alentejo no âmbito do Portugal 2020



Operações aprovadas por programa operacional

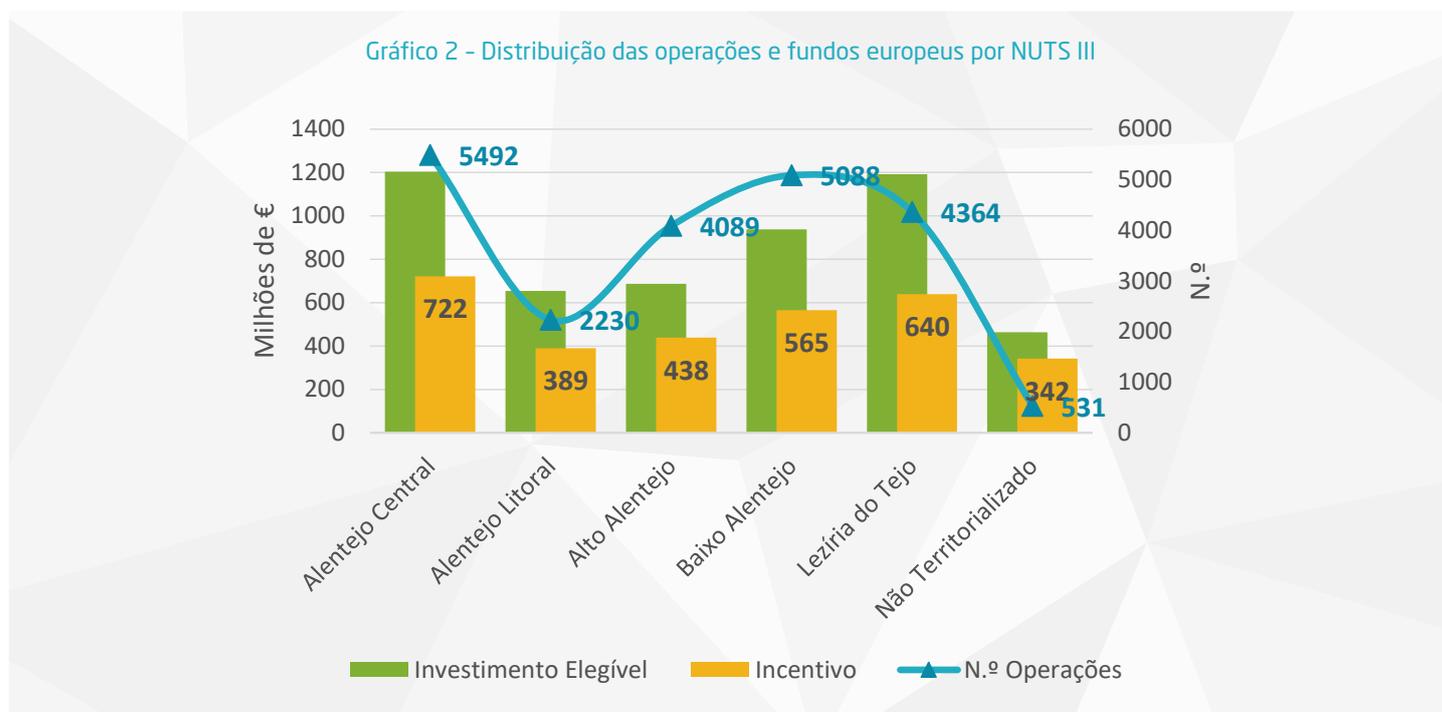
À data de realização deste estudo, ao nível dos Programas Operacionais com maior relevância em termos de execução e com impacto na Região Alentejo, destacam-se dos demais o Alentejo 2020, o PDR 2020 e o COMPETE 2020.

Gráfico 1 - Os Programas Operacionais no Alentejo



O PDR 2020 pela sua génese adequada à base económica do Alentejo e por ter sido o primeiro a arrancar, apesar de ter vindo a perder influência, é o que tem mais operações aprovadas 37% do total. Por sua vez o ALENTEJO 2020 é o que apresenta maior volume de investimento elegível, com 1.697 milhões de euros e o que mais fundos europeus mobiliza, 1.230 milhões de euros, (40%), sendo também o que apresenta maior valor médio de investimento por projeto (mais de 397 mil euros/projeto. Refira-se que com o evoluir do tempo, no atual período de programação, está a notar-se uma diminuição do peso do PDR 2020 no contexto global da aplicação de fundos europeus no Alentejo, como resultado de uma evolução gradual na execução dos outros PO's, designadamente o ALENTEJO 2020 e o POCH, enquanto o PDR 2020 já atingiu uma fase de maturidade.

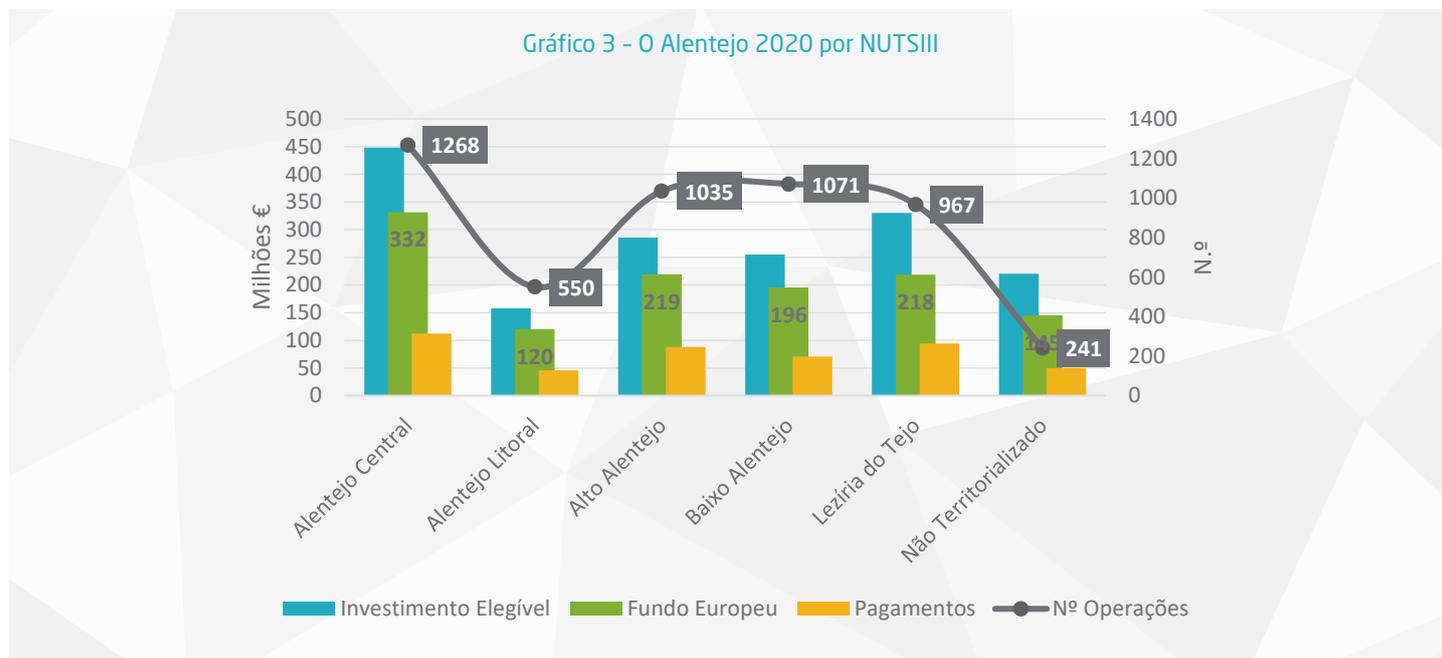
A distribuição territorial dos fundos europeus dá uma perspetiva que permite constatar, ainda que de forma algo simplista, algum do impacto que estes têm junto das populações que habitam este vasto território. A observação do gráfico 2, que representa a distribuição dos fundos europeus por NUTS III, permite verificar que a maior parte das operações (cerca de 25%) ocorre na NUTS III Alentejo Central, seguida de perto pelo Baixo Alentejo (23%), sendo que a primeira é a mais representativa no que respeita a investimento elegível e fundo europeu aprovado para apoiar as operações em curso, com percentagens de 23%. Em termos de relevância a Lezíria do Tejo assume também destaque, pois vai representa cerca de 22% do investimento elegível e 21% fundo europeu aprovado.



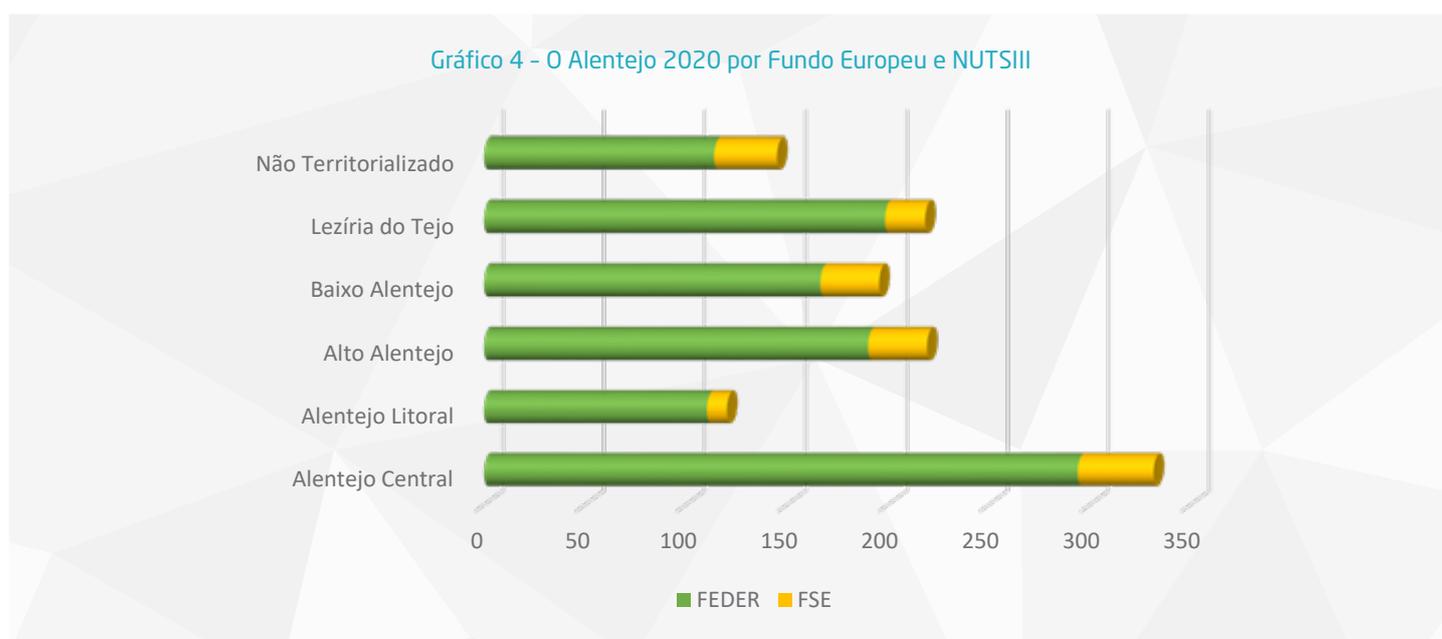
Observando o gráfico urge fazer uma chamada de atenção para o elevado número de operações que não se conseguem territorializar e que abrangem todos os fundos europeus presentes com particular destaque para o FSE, que representa cerca de 36% das operações não territorializadas e 51% dos fundos europeus utilizados para as apoiar, fruto da génese do fundo em questão e do tipo de beneficiário que dificultam muito a sua afetação territorial, contudo, este registo tem vindo a ser progressivamente menor. Por sua vez o FEDER que representa 60% das operações e 45% do fundo europeu não territorializado, mas neste caso em função de haver um determinado número de operações que ocorrem simultaneamente em vários territórios.



Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020



A distribuição regional dos fundos europeus ao abrigo deste Programa Operacional evidencia que a NUTS III Alentejo Central se destaca das demais por ter o maior volume de fundos europeus aprovados (27% do total). Acontece também, que se observa que existe um grande volume de investimento e de fundos europeus em operações que não se conseguem territorializar e que no seu conjunto representam cerca de 12% dos fundos aprovados para apoiar as operações. De referir que a informação relativa a pagamentos é apresentada por defeito, pois no documento de referência existe alguma informação que está sujeita a segredo estatístico o que faz com que os valores apresentados sejam inferiores aos valores reais em cerca de 8%.



Este Programa é financiado por dois fundos estruturais, o FEDER e o FSE. O FEDER é o fundo predominante na programação e também em todas as NUTS III. Desta forma não é de estranhar que seja responsável por cerca de 73% das operações aprovadas e por valores que se situam na ordem dos 89% no que diz respeito a investimento elegível, 87% fundo europeu aprovado e 92% dos pagamentos efetuados.

As operações não territorializadas dizem respeito a ambos os fundos presentes neste PO e são particularmente evidentes ao nível das Tipologias de intervenção: Qualificação e Inovação de PME e Reabilitação Urbana do FE-

DER e Inclusão Ativa de Grupos Vulneráveis e Redução do Abandono Escolar do FSE, tipologias que estão associadas a operações com beneficiários em várias regiões ou a operações de âmbito regional.

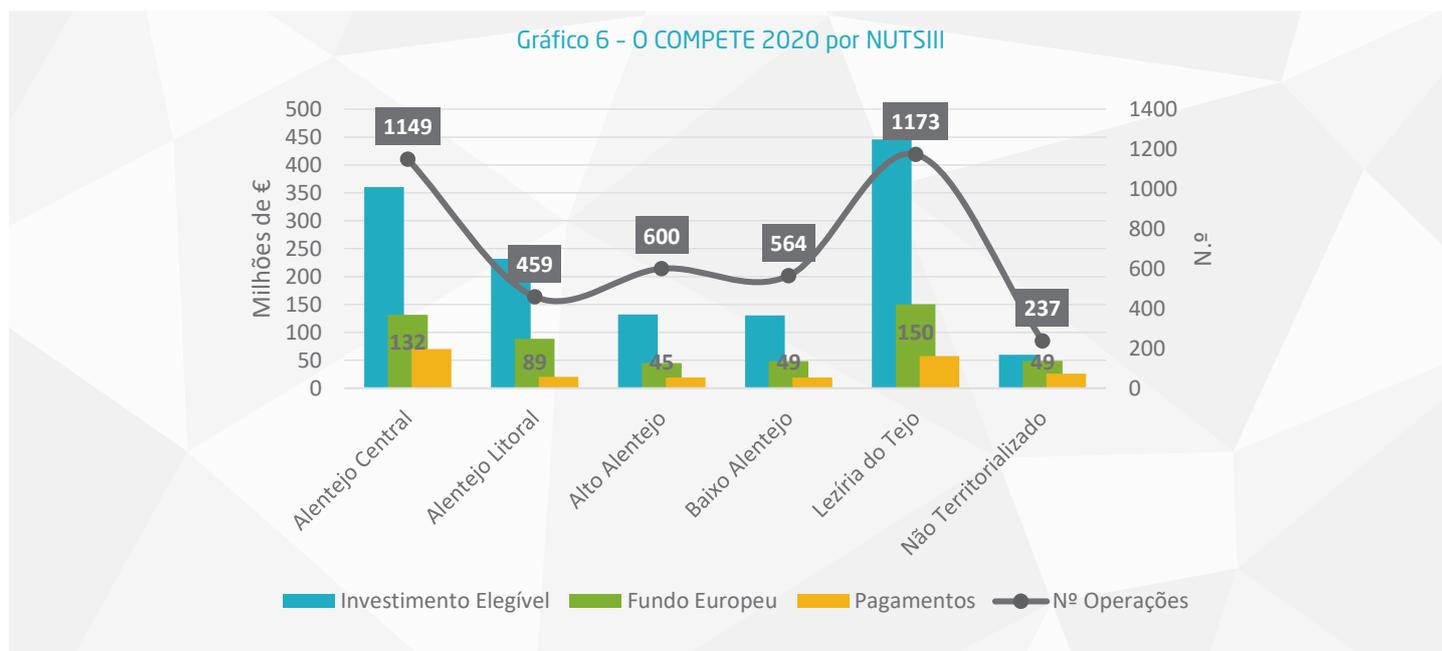
No sentido de se poder fazer alguma avaliação aos impactos que o ALENTEJO 2020 está a ter na região calculou-se um conjunto de indicadores de densidade que permitem traçar uma retrospectiva relativamente ao peso dos fundos europeus na região. Desta forma constata-se que o Alentejo Central apresenta o maior volume de investimento per capita, bem como, detém o maior volume de fundos europeus aprovados per capita (2146 €/hab.) neste Programa Operacional. Já no que respeita ao volume de investimento por unidade de área, verifica-se que este é maior na Lezíria do Tejo, indiciando uma maior concentração do investimento, por unidade de área, nesse território. Contudo, quando comparado, o peso dos fundos europeus no investimento elegível é menor na Lezíria do Tejo (66%) do que nas restantes NUTS III, nas quais se vai aproximar ou supera os 75%.

Gráfico 5 - Indicadores de densidade no Alentejo 2020 por NUTSIII

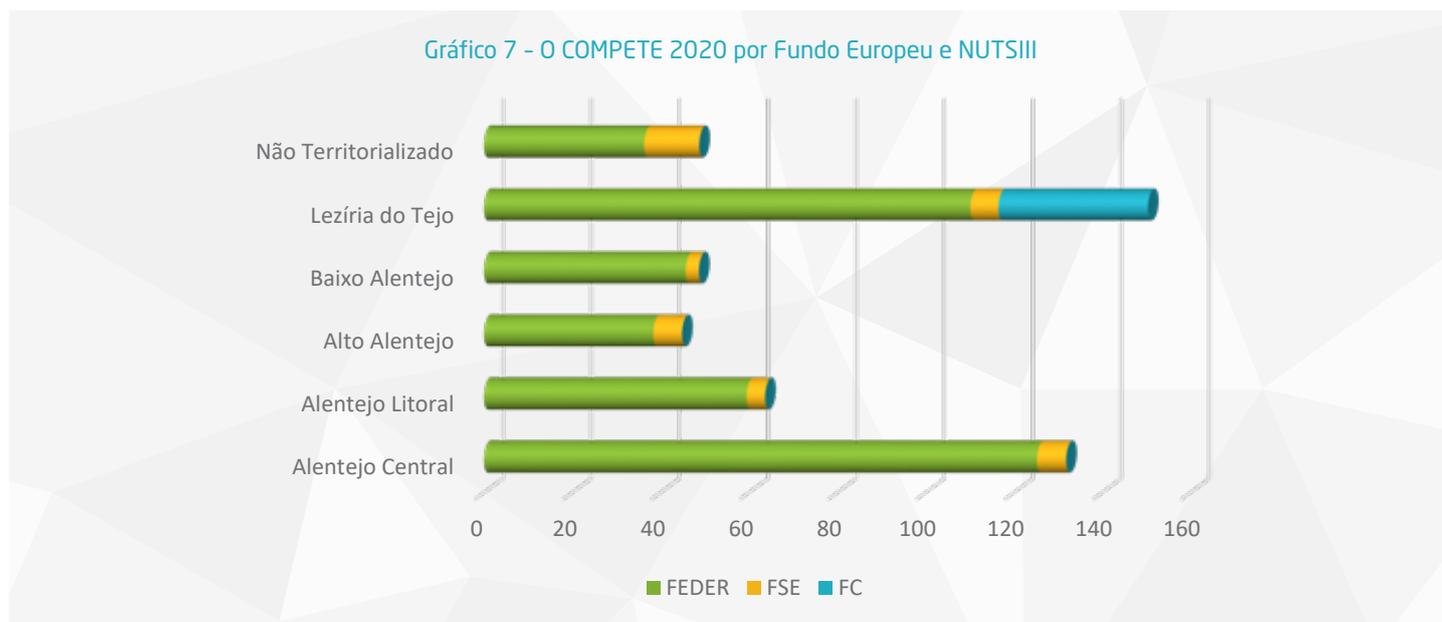


Programa Operacional Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020

No diz respeito á distribuição territorial constata-se que este PO temático incide particularmente nas NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo que detêm 26% e 29%, respetivamente, do fundo europeu aprovado para apoiar as operações. Indiciando que estas duas NUTS III são as mais dinâmicas do ponto de vista empresarial. Saliente-se também que o número de operações não territorializadas ascende a 6%, que correspondem essencialmente a operações conjuntas com incidência em várias NUTS II e III, normalmente inseridas nas tipologias: Empreendedorismo qualificado e criativo; Internacionalização das PME e Empreendedorismo e Inovação Social.



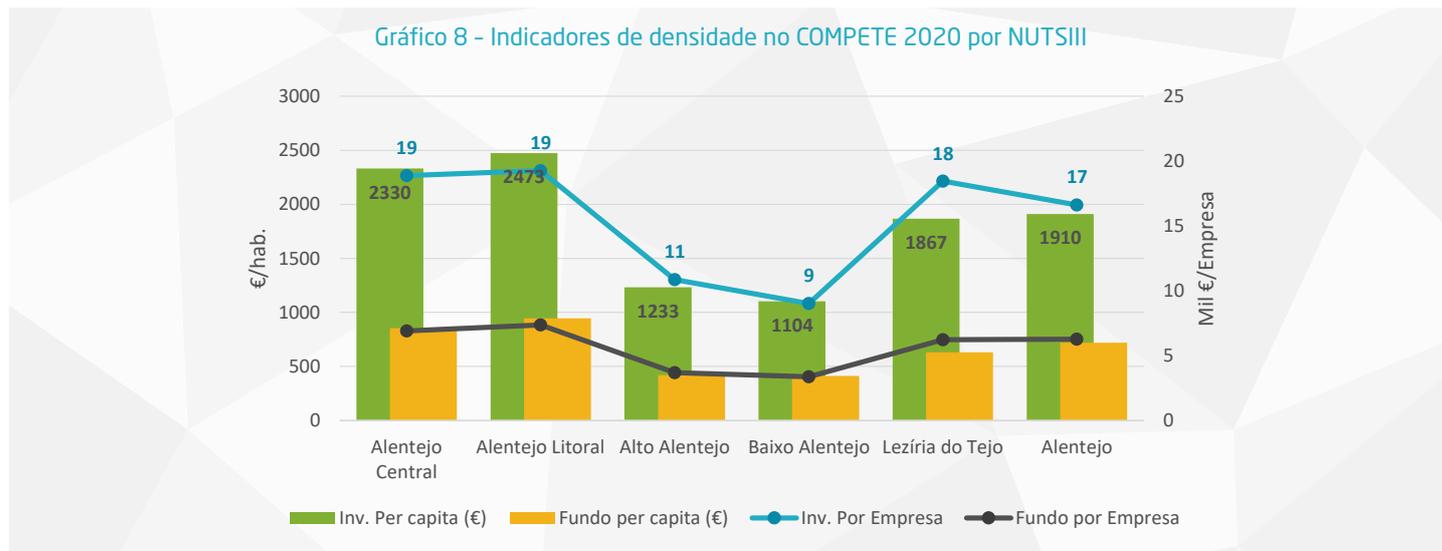
Este Programa Operacional é suportado por três fundos estruturais, o FEDER, o FSE nas áreas da formação e da capacitação dos serviços públicos; e o Fundo de Coesão na área das infraestruturas de transportes.



Nesta altura de entre todos eles o FEDER é o mais representativo ao atingir valores que variam entre os 87% do número de operações e os 91% do investimento elegível, 81% do fundo aprovado para as apoiar e os 91% dos pagamentos efetuados, indiciando que também é o fundo europeu com maior execução ao nível deste programa. O Fundo de Coesão só tem expressão na NUTS III Lezíria do Tejo, na qual representa 23% do total de fundos europeus aprovados neste PO para esta NUTS III. Em todas as restantes apenas são mobilizados o FEDER e o FSE

e em todas elas, exceto no Alentejo Litoral, o FEDER valores próximos ou superiores a 90% dos fundos europeus aprovados.

Relativamente aos indicadores de densidade verifica-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu per capita, respetivamente. O mesmo se passa no que respeita aos valores observados por empresa, indiciando claramente uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nesta NUTS III. De referir ainda que o investimento elegível é suportado pelos Fundos europeus varia entre os 33% na Lezíria do Tejo e os 38% no Alentejo Litoral quando a média regional deste indicador se situa nos 37,7%.



Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR

Este programa operacional está alicerçado apenas no Fundo de Coesão. E em termos de distribuição territorial foge um pouco às distribuições anteriores pois assume a sua maior expressão nas NUTS III Baixo Alentejo, com 31% do investimento elegível e 33% do apoio aprovado; em segundo plano destacam-se Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo com 20% e 27% do investimento elegível; e 22% e 23% do fundo europeu destinado a apoiar as operações aprovadas, respetivamente.

Saliente-se que a maior parte das operações aprovadas estão inseridas na tipologia Ciclo Urbano da água, que mobiliza 56% do fundo europeu aprovado para apoiar as operações inseridas neste PO temático. Também se pode referir que a maior parte das operações não territorializadas estão inseridas na Tipologia Eficiência energética nas habitações, a qual representa 26% do investimento elegível e 18% do fundo europeu não territorializado neste PO.

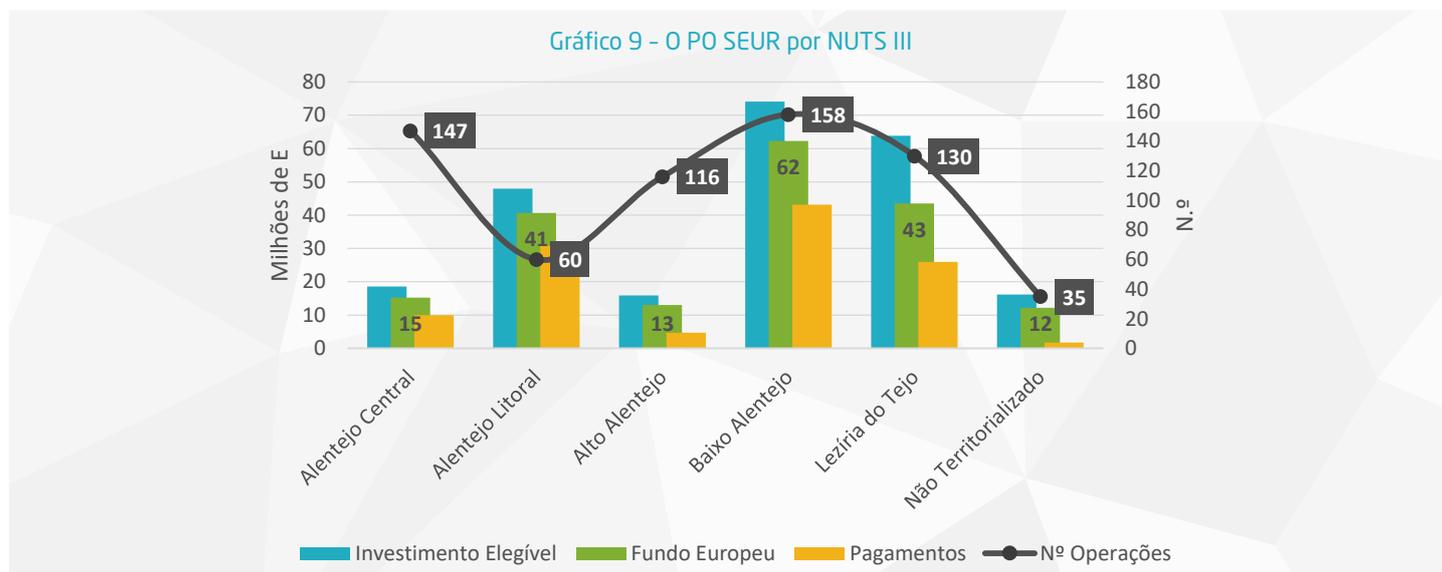


Gráfico 10 - Indicadores de densidade no PO SEUR por NUTSIII

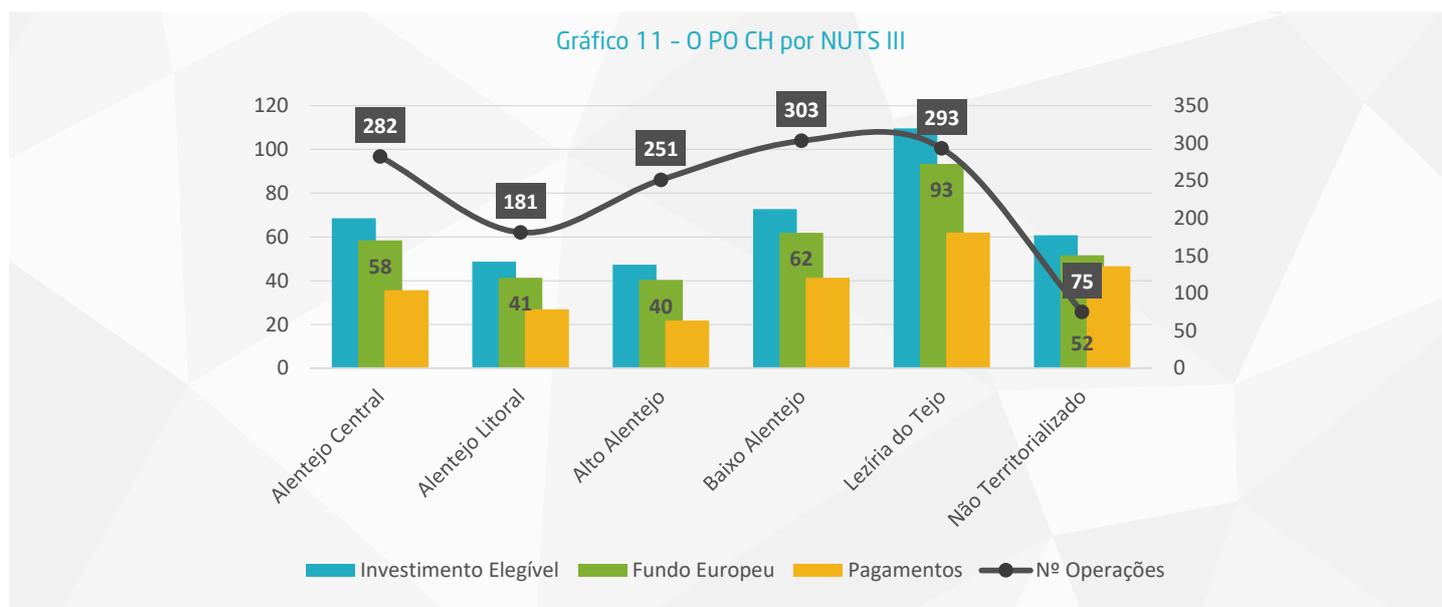


No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Baixo Alentejo e o Alentejo Litoral são os que apresentam valores mais elevados de investimento elegível per capita e fundo europeu per capita, claramente indicativos de um investimento mais elevado por habitante destas NUTS III. Já relativamente aos valores observados por unidade territorial, estes revelam-se mais elevados na Lezíria do Tejo e no Alentejo Litoral indiciando uma maior concentração do investimento ao abrigo deste Programa Operacional nestas duas NUTS III. De salientar que em quatro das cinco NUTS III do Alentejo, excetua-se a Lezíria do Tejo, a parte do investimento elegível suportada pelos Fundos europeus é superior a 80%, quando a média regional deste indicador se situa muito próxima dos 79%.



Programa Operacional Capital Humano - PO CH

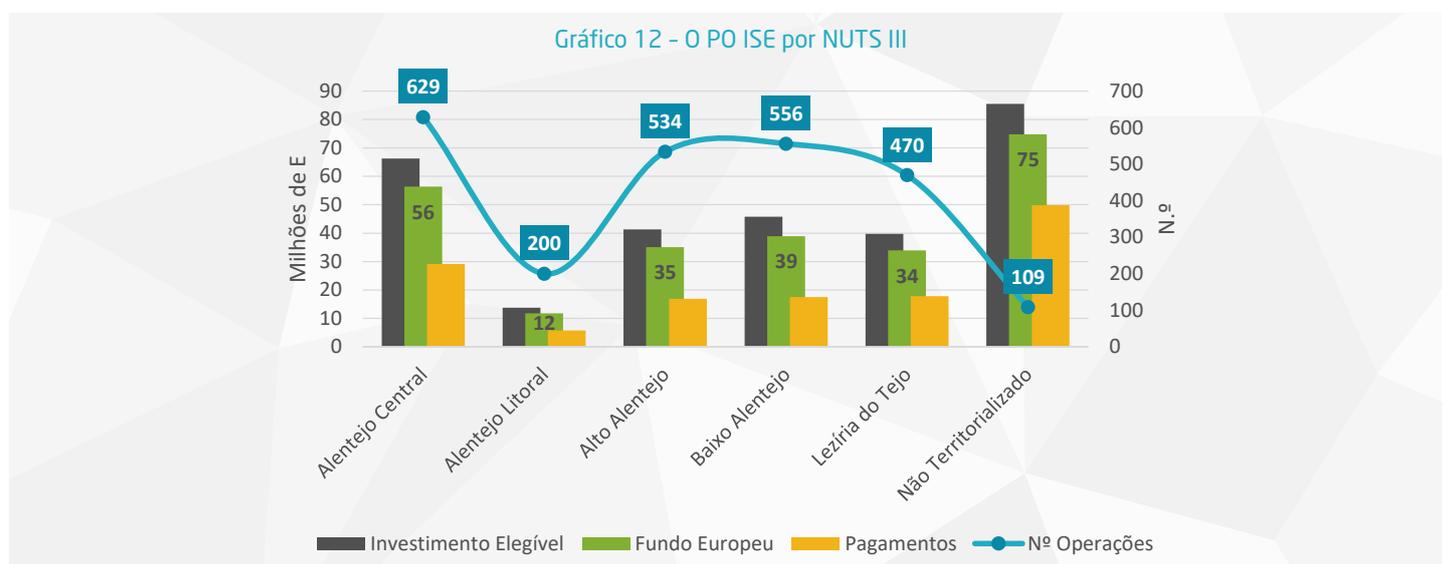
O PO CH tem o FSE como único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, nota-se que a NUTS III Lezíria do Tejo se destaca das demais pois é que apresenta maior número de operações aprovadas (21%), de Investimento elegível (27%) e de fundo europeu mobilizado para as apoiar (27%). Merece destaque também o número de operações e de fundo europeu mobilizado em operações não territorializadas (5%), que contudo, concentram 15% do Investimento elegível e do incentivo concedido, e estão muito ligadas à génese deste PO que por vezes tem muita dificuldade em ligar as operações ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Ensino superior (ofertas, igualdade e qualidade) e Formação avançada.



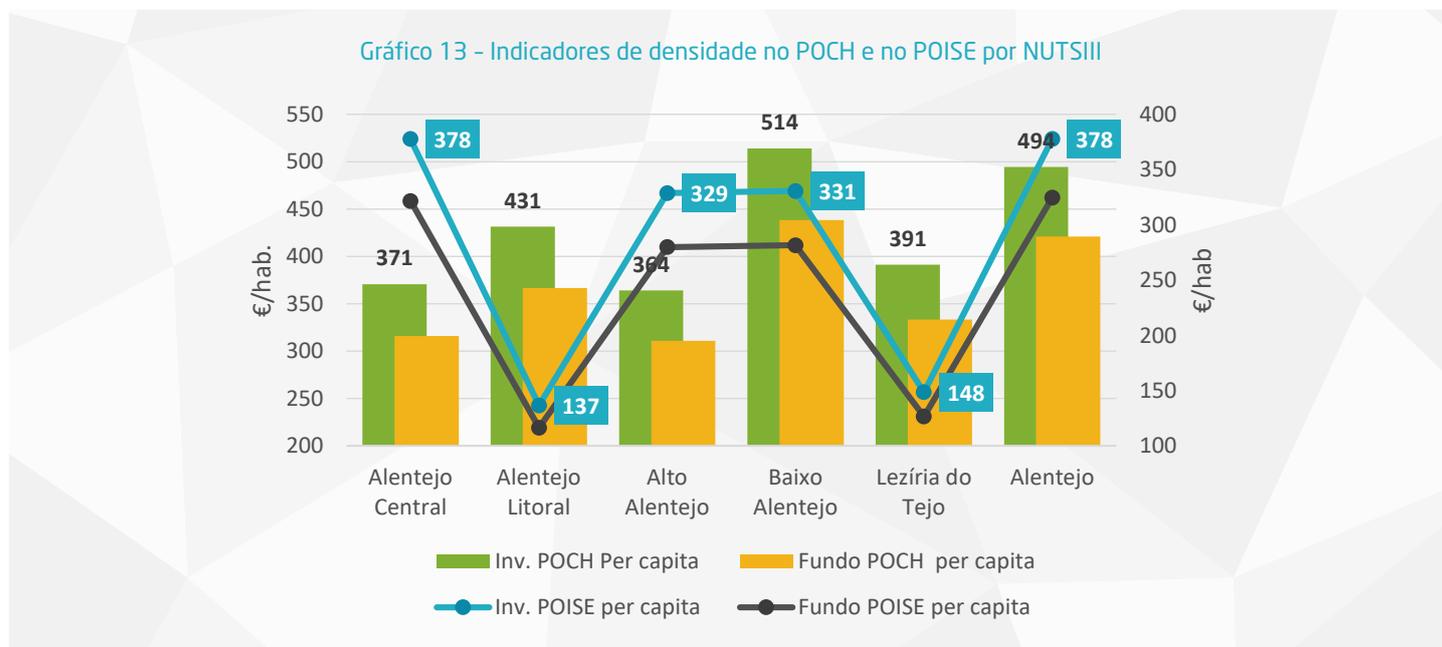
Os indicadores de densidade são apresentados e analisados no quadro 13.

Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE

Á semelhança do anterior este programa operacional tem no FSE o único fundo europeu financiador. No que respeita à distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, constata-se que as operações não territorializadas destacam-se das demais NUTS III e assumem predominância com 4% das operações contratadas, bem como o investimento com 29% elegível aprovado e 29% do fundo europeu aprovado para as financiar, bem acima dos valores do Alentejo Central que detém 25% das operações aprovadas, as quais representam 23% do investimento elegível e 22% do FSE aprovado para as apoiar.



Esta situação evidencia-se devido às tipologias de intervenção que compõem este PO que por vezes têm muita dificuldade em estabelecer a sua ligação ao território. As tipologias de intervenção mais representativas nas operações não territorializadas são: Integração dos adultos no mercado laboral; Iniciativa Emprego Jovem, e Integração dos jovens no mercado laboral.



No que concerne aos indicadores de densidade no caso do POCH e POISE, uma vez que se tratam de Programas virados para a qualificação das populações, optou-se por calcular os indicadores per capita. No caso do POPH observa-se que assume algum destaque o Baixo Alentejo, que é a única NUTS III na qual os valores dos indicadores superam a média regional. No caso do POISE a situação é semelhante sendo que o Alentejo Central destaca-se, das demais NUTS III, com valores superiores à média regional. No caso do POCH estão contratadas operações que pressupõem um valor de investimento na região superior a 572 euros por habitante, enquanto no que respeita ao POISE esse valor ascende a cerca de 410 euros/habitante.



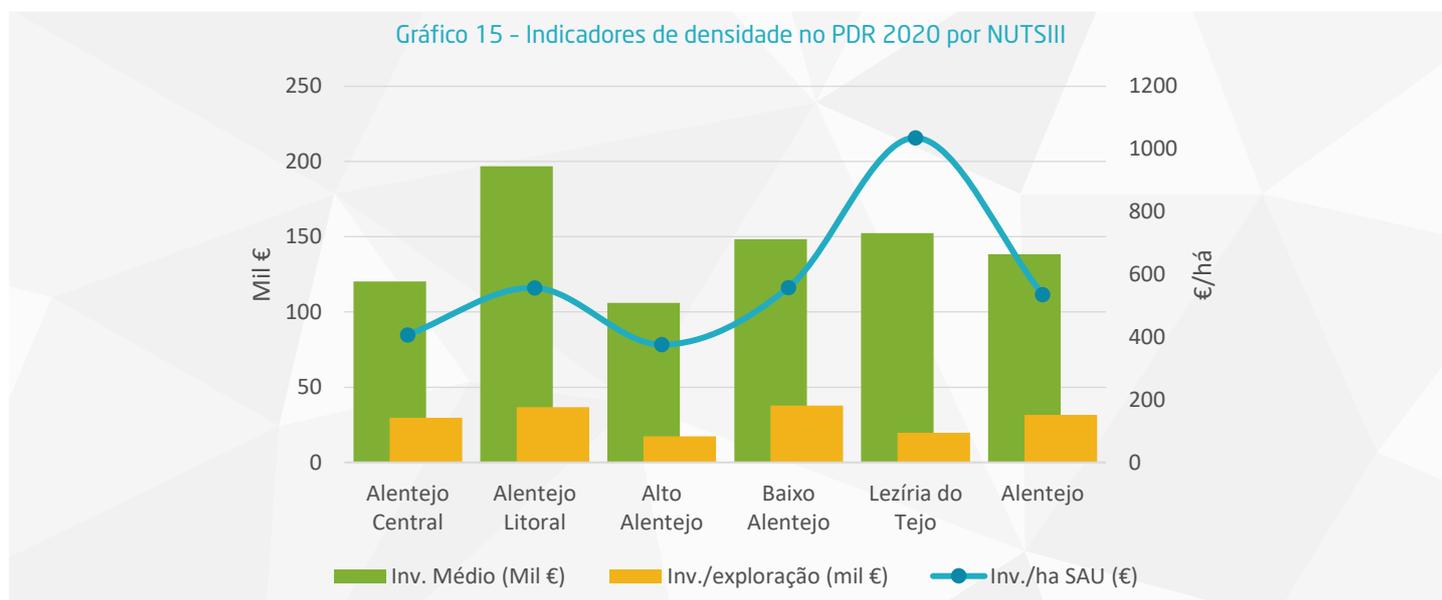
Programa de Desenvolvimento Rural - PDR 2020

O PDR 2020 é financiado única e exclusivamente pelo FEADER e tem sofrido alterações muito ligeiras de trimestre para trimestre, uma vez que foi o primeiro programa a atingir a maturidade e a ter a maior parte do fundo comprometido. Quando se olha para a distribuição territorial da aplicação dos fundos europeus referentes a este PO, verifica-se que a mesma se encontra relativamente equilibrada com valores compreendidos entre os 15% no Alto Alentejo e os 28% no Baixo Alentejo. Sendo que esta NUTS III é que se destaca um pouco mais, uma vez que apresenta o maior número de candidaturas aprovadas (30%) e o maior volume de investimento elegível (32%).



Esta situação está ligada à alteração do modelo de exploração agrícola induzido pelo EFMA, que se traduz numa maior procura de apoios ao investimento no sentido de intensificar a produção agrícola.

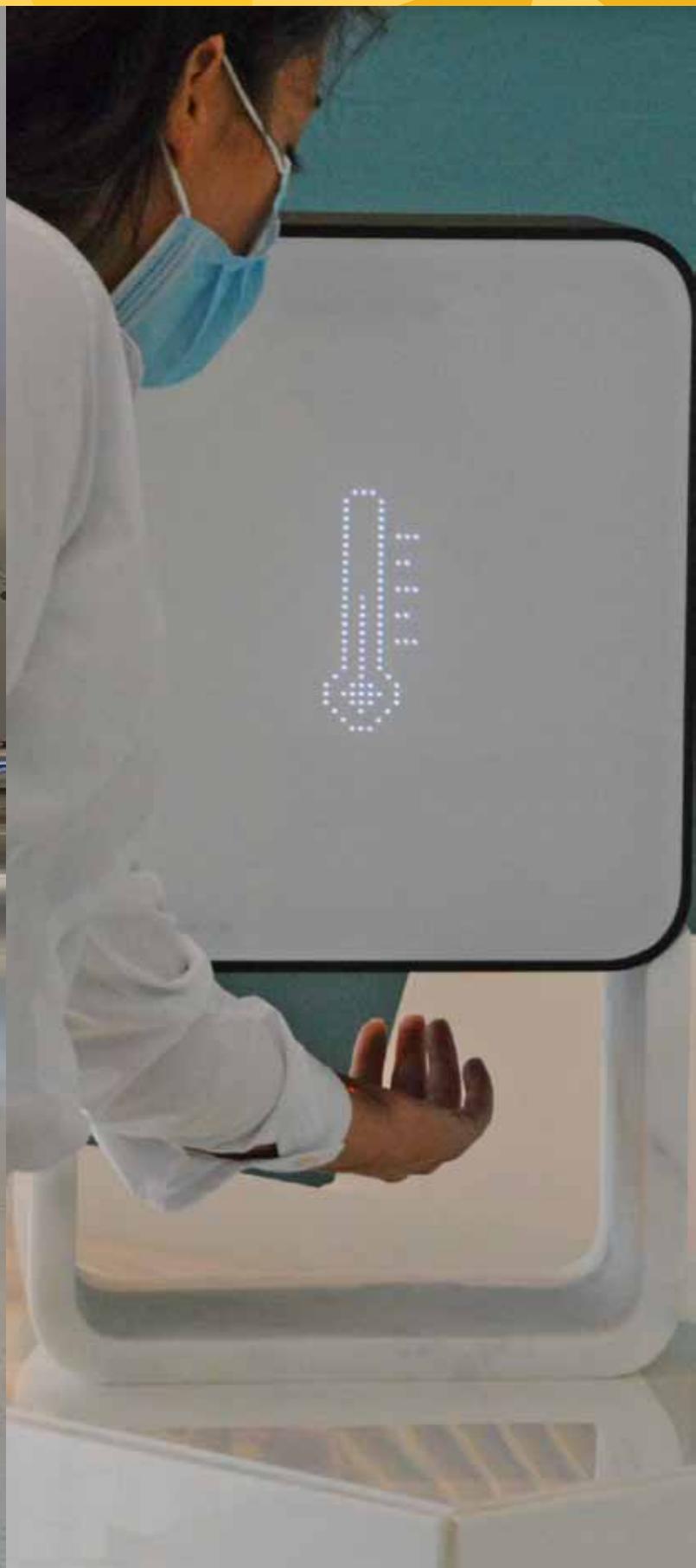
No que respeita aos indicadores de densidade calculados, observa-se que o Alentejo Litoral é a NUTS III que apresenta maiores valores de investimento médio (próxima dos 197 mil euros), enquanto o Baixo Alentejo apresenta maior volume de investimento por exploração (37,8 mil euros), indiciando que existe uma mobilização muito grande de investimento para estas sub-regiões. Por sua vez, a Lezíria do Tejo é a NUTS III que apresentam maior volume de investimento por unidade de área, próximo de a 1 035 €/ha, indiciando uma maior intensidade de investimento nas explorações localizadas nesta NUTS III.



ALENTEJO 2020

Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Investimentos em destaque



Ficha de Projeto

Projeto:

Reabilitação e Adaptação do Quartel do Assento - PM010/ELVAS a Museu de Arqueologia e Etnografia

Beneficiário:

Município de Elvas

Concelho (Localização Física da Operação):

Elvas

Investimento Elegível Aprovado:

€ 3 970 662.27

FEDER Aprovado:

€ 3 375 062.93

Descrição:

A operação visa a reabilitação do Prédio Militar Quartel do Assento (edifício da antiga Sucursal da Manutenção Militar de Elvas) para albergar o conjunto mais significativo do acervo proveniente das coleções do antigo Museu Arqueológico e Etnográfico António Tomás Pires e do antigo Grémio da Lavoura, constituindo-se como uma intervenção fundamental de recuperação de um edifício importante do centro histórico de Elvas, importante testemunho da arquitetura militar no nosso país. Este imóvel, classificado como Monumento Nacional, integra o conjunto patrimonial classificado como Património da Humanidade pela UNESCO.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



Ficha de Projeto

Projeto:

Dispositivo de Teste e Diagnóstico Contactless - BIOCHECK-IN: Desinfetante + Medição de Temperatura

Beneficiário:

GREEN APPLE - INTERNATIONAL TRADING, LDA

Concelho (Localização Física da Operação):

Cartaxo

Investimento Elegível Aprovado:

€ 499 999.00

FEDER Aprovado:

€ 399 999.20



Descrição:

A empresa criou um Dispositivo de Teste e Diagnóstico Contactless - BIOCHECK-IN: Desinfetante + Medição de Temperatura, reunindo num único dispositivo, uma solução segura de zero contacto e maior higiene. Constitui uma solução para uma experiência de acessibilidade impessoal e não intrusiva ao local de trabalho, às zonas comerciais, sociais e de lazer, de forma discreta, facilmente integrável em qualquer ambiente decorativo.

Artigo da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Alentejo 2020.



ALENTEJO 2020

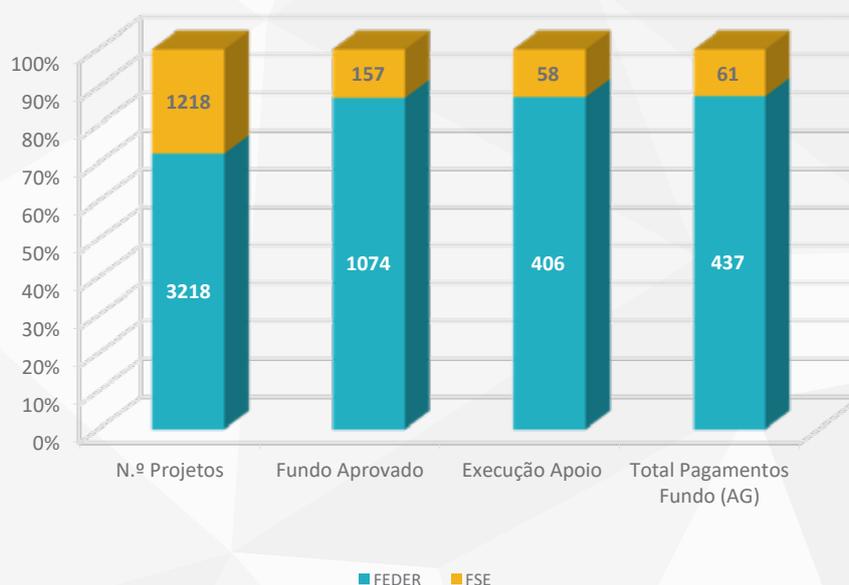
Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Síntese de execução do ALENTEJO 2020

Situação a 31 de março de 2021

Esta síntese foi elaborada com base na informação disponibilizada pela Autoridade de Gestão do Alentejo 2020, relativa a 31 de Março de 2021. Os dados recolhidos permitem observar que, no âmbito deste Programa Operacional, encontram-se aprovados 1230 milhões de euros de fundos europeus atribuídos a 4.436 operações, sendo que o principal financiador é o FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que representa 87% dos fundos europeus aprovados.

Gráfico - Síntese da Execução do Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Nessa data, encontravam-se executados cerca de 464 milhões de euros, a maior parte deles (88%) no âmbito do FEDER, e foram pagos a promotores cerca de 498 milhões de euros.

Gráfico - Indicadores de Execução do Alentejo 2020

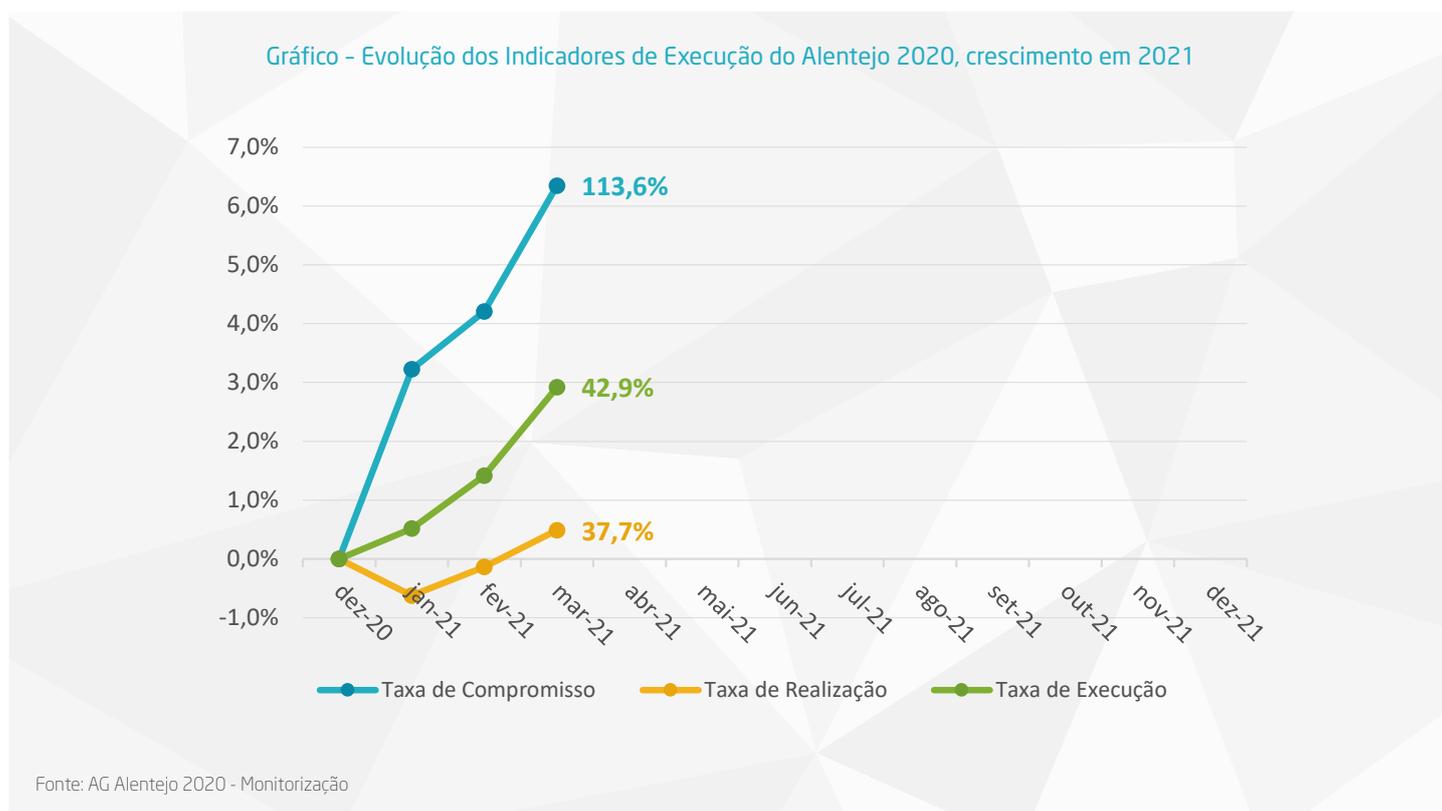


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente à execução do programa, através da análise efetuada aos indicadores produzidos, constata-se que este apresenta uma taxa de compromisso (Fundo Aprovado/ Dotação de Fundo), com valores próximos de 114% e valores mais baixos nas Taxa de Realização (Fundo Executado/Fundo Aprovado) e Taxa de Execução (Fundo Executado/Dotação de Fundo), com valores que 38% e 43%, respetivamente e valores ligeiramente mais elevados (41%) na Taxa de Pagamento (Fundo Pago/Fundo Aprovado).

Em termos dos fundos europeus presentes no Alentejo 2020, constata-se que o FEDER se destaca por apresentar taxas de compromisso, realização, execução e de pagamento superiores à média do PO.

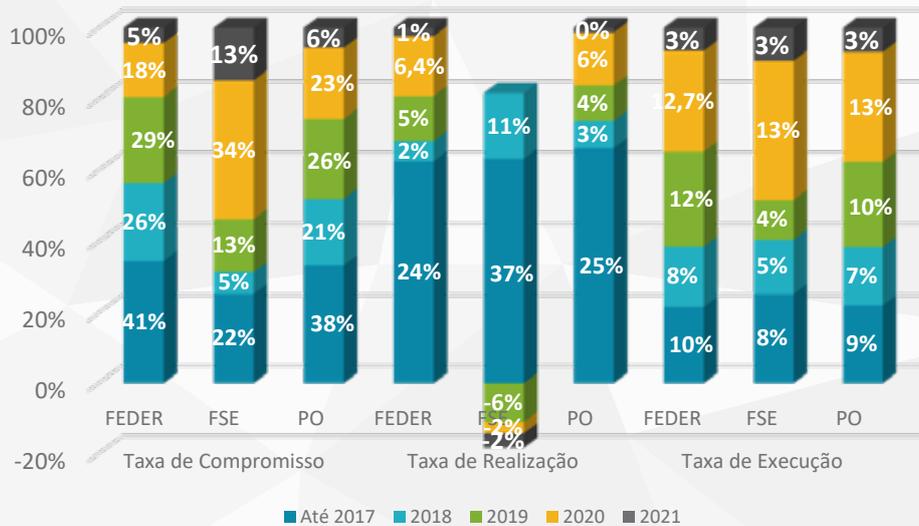
Analizando a evolução dos indicadores de execução do ALENTEJO 2020, ao longo do ano de 2021, constata-se que a mesma foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram quase 6,3% durante o corrente ano, situando-se nesta altura nos 114%, valores que é superior 6 p.p.ao registado em Dezembro de 2020. Durante o ano corrente as taxas de realização e de execução apresentam acréscimos positivos de 0,5 e 2,9 pontos percentuais, respetivamente. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 2,9 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou em cerca de 32 milhões de euros de fundos europeus no período em análise.



Efetuada uma análise relativamente à evolução anual do PO Regional e dos fundos europeus que o apoiam, constata-se que os maiores volumes de compromisso, expressos na taxa respetiva ocorreram até 2017, quer para o PO em si, quer para o FEDER. Contudo verifica-se que ao longo de 2020 o FSE apresenta valores interessantes de acréscimo da taxa de compromisso (34%), que o torna o ano com maior valor de compromisso para este fundo europeu, mas que ainda assim está abaixo da média de compromisso do PO Regional.

No que respeita às taxas de realização observa-se que o padrão seguido é semelhante ao que se passa a nível de compromisso, com uma grande expressão até 2017, continuada por 2018, mas com algum deficit de crescimento ou mesmo retrocesso em 2019 e 2020.

Gráfico - Evolução da Execução do Alentejo 2020 por Fundos Europeus

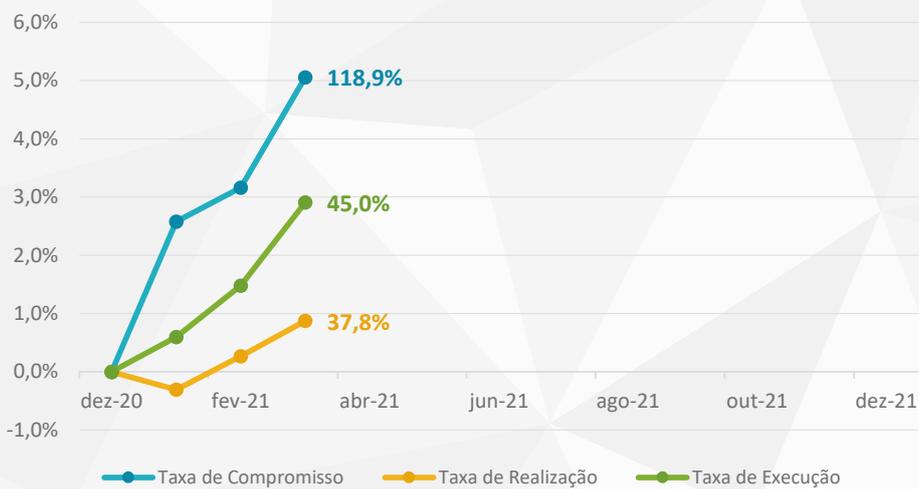


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Relativamente à evolução das taxas de execução verifica-se que o ano de maior evolução foi 2020, no qual o PO registou um acréscimo de 13%, fruto de um desempenho equilibrado de ambos os fundos.

Realizando o mesmo tipo de análise de execução relativamente a cada um dos fundos europeus que financiam o PO Regional, constata-se que ao longo do período têm apresentado dinâmicas de execução diferentes.

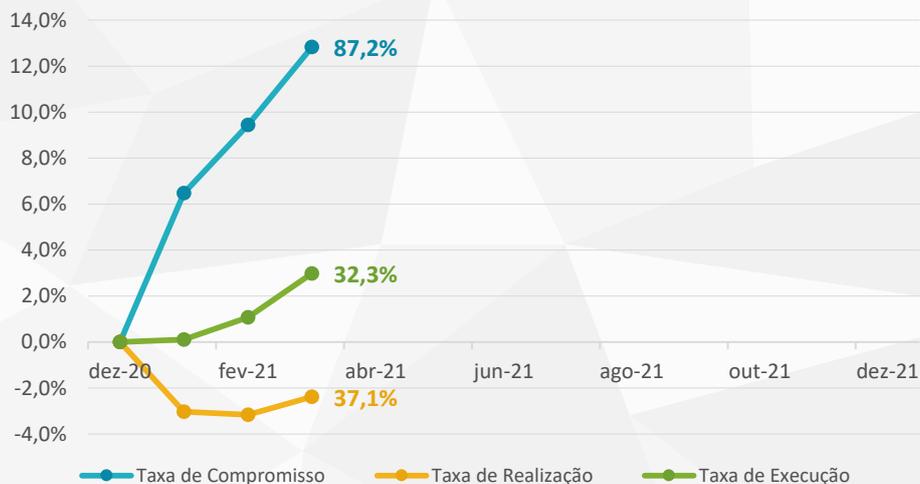
Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução do FEDER no Alentejo 2020



Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Analisando a evolução dos indicadores de execução do FEDER no PO Regional, ao longo do ano de 2021, até 31 de Março, constata-se que a mesma foi positiva em todos eles, particularmente visível nas taxas de compromisso que cresceram 5% durante o corrente ano, situando-se nesta altura nos 119%, valor que é superior 5 p.p. ao registado em Dezembro de 2020. Ao nível da taxa de execução, no último trimestre verificou-se um aumento de 2,9 pontos percentuais, resultante de um esforço de validação que se cifrou aproximadamente em 26 milhões de euros de FEDER no período em análise.

Gráfico - Evolução dos Indicadores de Execução do FSE no Alentejo 2020

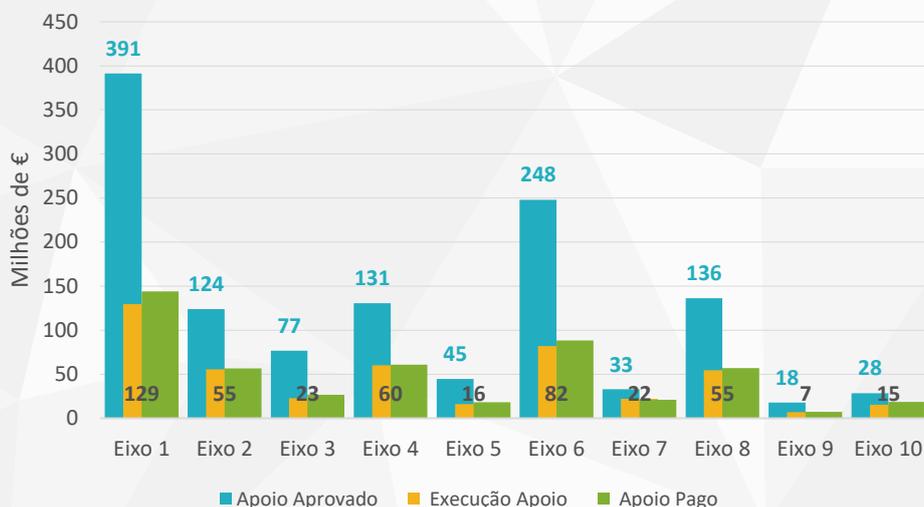


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

Já no que respeita à evolução dos indicadores de execução do FSE no PO Regional, ao longo do ano de 2021, até 31 de Março, constata-se que a mesma foi diferenciada, sendo positiva para as taxas de Compromisso e Execução e negativa para a taxa de realização. Ao nível das taxas de compromisso constata-se que cresceram 13% durante o corrente ano, situando-se nesta altura nos 87,2%, valor que é superior em 12,8 p.p.ao registado em Dezembro de 2020. Durante o ano corrente as taxas de realização e apresentam um decréscimo que se cifra em 2,4 pontos percentuais. Enquanto isto a taxa de Execução regista um acréscimo de 3 pp, resultante de um esforço de validação que se cifrou em mais de 5,3 milhões de euros de FSE no período em análise.

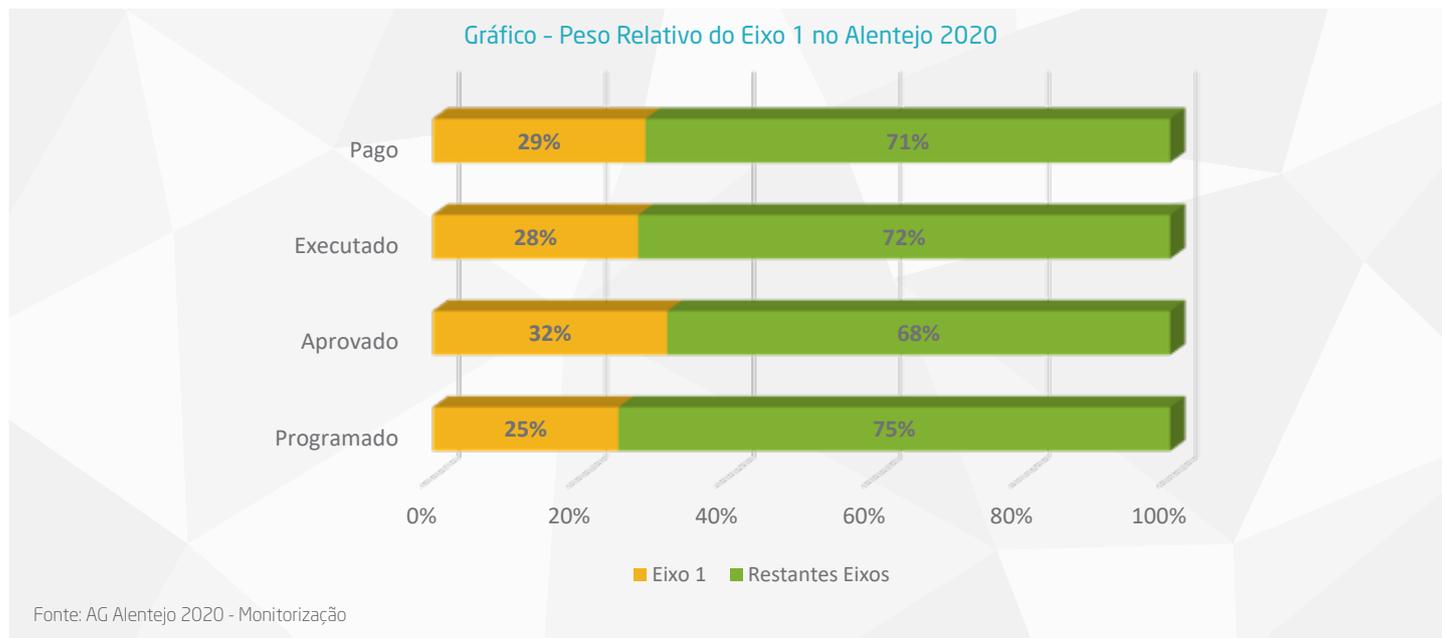
Ao nível dos Eixos Prioritários constata-se que cinco deles, 1-Competitividade e Internacionalização das PME, 2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano, 4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável, 6 - Coesão Social e Inclusão e 8 - Ambiente e Sustentabilidade, representam 86% do investimento elegível aprovado neste PO Regional. Em 31 de Março de 2020, esses cinco eixos representavam 84% dos fundos aprovados e 82% do fundo executado e dos fundos pagos.

Gráfico - Execução do Alentejo 2020 por Eixos Prioritários

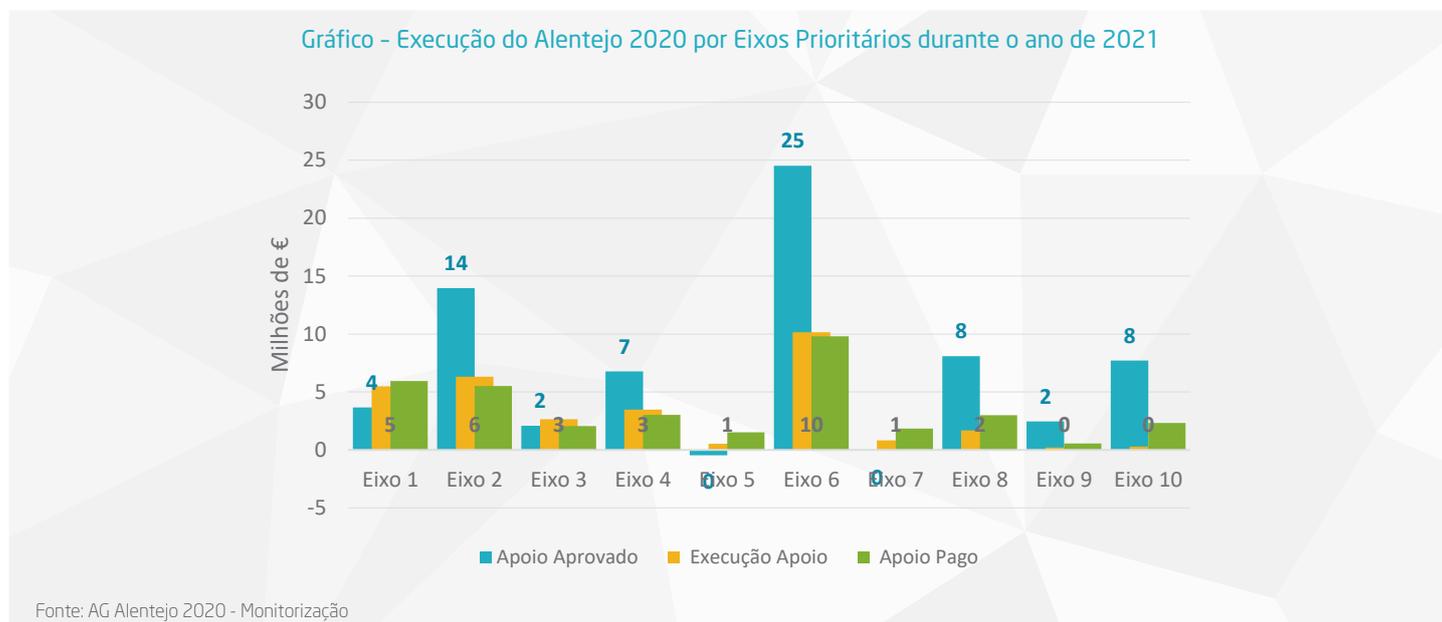


Fonte: AG Alentejo 2020 - Monitorização

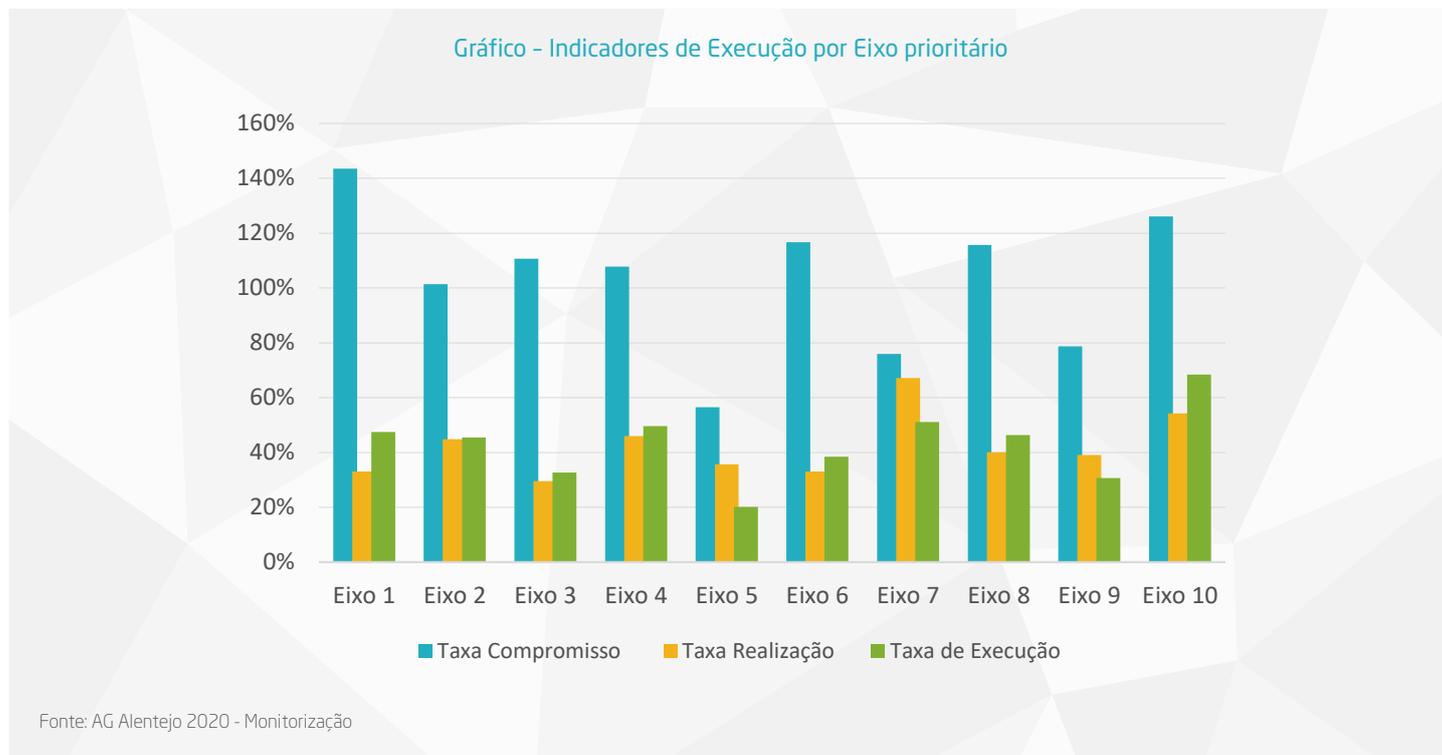
De entre os Eixos Prioritários mencionados, a nível de valores acumulados desde o início do programa, o destaque vai para o Eixo 1 - Competitividade e Internacionalização das PME, seja a nível do Fundo Aprovado (32%), como a nível de Fundo executado (28%), e também de Fundo Pago (29%), continuando a refletir a elevada prioridade atribuída ao domínio temático da Competitividade e Internacionalização e a dinâmica implementada nos sistemas de incentivos às empresas.



A análise efetuada relativamente à evolução dos montantes no Alentejo 2020 ao longo de 2021, permite observar que foram aprovadas 246 operações que promoveram a aprovação de cerca de 69 milhões de euros de fundos europeus, valor que representa um acréscimo de 6% relativamente ao final do ano transato. No mesmo período, foram executados cerca de 32 milhões de euros de fundos europeus e pagos mais de 36 milhões, valores que, relativamente ao ano anterior, representam acréscimos de 7% e 8%, respetivamente. Neste período destacaram-se dos demais os Eixo 2 e 6, que foram os que registaram maiores acréscimos de fundo aprovado. Já no que respeita ao apoio executado e pago destacaram-se o Eixo 1, 2 e 6. De registar que os Eixos 5 e 7 que registaram um nível muito baixo de aprovações e também para os Eixos 5, 7, 9 e 10, que, até ao momento, neste ano, apresentam valores muito reduzidos de execução, bem como, registam baixos valores de pagamentos, com particular destaque neste ponto para o eixos 9.



Complementarmente, também se fez uma análise dos indicadores de execução e desta forma no que respeita à Taxa de Compromisso, verifica-se que o valor máximo observado continua a pertencer ao Eixo 1, com valores que superam os 100%, facto que está relacionado com os valores de execução que normalmente ficam um pouco abaixo das aprovações, dando desta forma margem para que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Também nos Eixos 2, 3, 4, 6, 8 e 10 esta taxa está acima dos 100%.



Por sua vez, relativamente às taxas de realização os eixos analisados apresentam valores muito similares e algo baixos para a fase de execução em que se encontra o PO, a maior parte deles compreendidos entre os 33 e os 46%, exceptuando os Eixos 7 e 10, cuja taxas se situam nos 67% e 54%, respetivamente. Já no que concerne à taxa de execução o Eixo 10 destaca-se com valores que superam os 68%, enquanto os Eixos 1, 2, 4, 7 e 8, apresentam taxas de execução com valores que se situam entre os 45 e os 50%, ou seja, superiores à media do PO. Em contrapartida, há alguns eixos cuja taxa de execução ainda não atingiu os 35%, estando nesta situação os Eixos 3, 5 e 9, situando-se o eixo 5 nos 20%, devido sobretudo à componente FSE, maioritária no Eixo, no qual representa 69% do valor programado e que apresenta taxas de execução inferiores a 10%.

Artigo da responsabilidade de **Carlos Almeida**, técnico superior - Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais, CCDR Alentejo.



